PROGNÓSTICO SAFRA 80/81

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 4 Nº 8

AGOSTO DE 1980

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

GOMES FREIRE
22.VIII.80
DR-RIO

BRASIL CORREIO
CR$ 00250

ESCOLA ADM EMPRESAS - SP
BIBLIOTECA KARL BUEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029/10. ANDAR
SAO PAULO SP
E066

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análise

Agricultura: Uma Herança Pesada 2

Algodão 13

Arroz 21

Feijão 27

Milho 35

Soja 42

Têxteis 47

Trigo 51

Panorama Agropecuário

Mercado Externo 55

Mercado Interno 57

Preços Relativos 59

NOTA DA EDIÇÃO

O Calendário Agrícola da região Centro-Sul faz recair sobre o mês de agosto o peso das decisões de plantio que determinarão, em boa medida, o perfil e a dimensão da produção agrícola do ano seguinte. Por essa razão, o Grupo de Informação Agrícola vem publicando, nessa época do ano, um número especial, destinado a antecipar, na medida do possível, os problemas que afetarão a produção e a comercialização da safra que se inicia. Esse Prognóstico, cuja elaboração vem sendo apurada ao longo dos anos, é precedido de contatos pessoais com os produtores rurais que permitem avaliar, de forma direta, as motivações e preferências dos agricultores com relação à safra vindoura.

Desta vez, o Grupo de Informação Agrícola decidiu publicar o Prognóstico em duas etapas, de forma a apressar a divulgação das previsões relativas às lavouras temporárias, que constituem o grosso da produção agrícola da região Centro-Sul. No mês de setembro, então, será publicado o Prognóstico referente às culturas permanentes (cana-de-açúcar, cacau, café e laranja) e à atividade animal (leite, bovinocultura, avicultura e suinocultura). Mas, além da necessidade de presteza, há outras razões que recomendam essa separação. As lavouras permanentes, ao contrário das temporárias, são objeto de um processo contínuo de produção, obedecem a calendários agrícolas próprios e estão subordinadas a políticas agrícolas específicas desenvolvidas por autarquias especializadas (IBC, IAA e CEPLAC).

Finalmente, cabe comunicar aos leitores de "Agroanalysis" que, tendo em vista a publicação destes dois números especiais dedicados ao Prognóstico da Safra 1980/81, ficará suspensa, durante dois meses, a publicação do Acompanhamento das Culturas Temporárias, que aparece na seção Panorama Agropecuário.

AGRICULTURA: UMA HERANÇA PESADA

NESTE ARTIGO DE INTRODUÇÃO AO PROGNÓSTICO DA SAFRA 1980/81, FAZ-SE, PARA 6 PRODUTOS (ALGODÃO, ARROZ, FEIJÃO, MILHO, SOJA E TRIGO) UM RETROSPECTO DA EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS QUE PERMITE DETECTAR ALGUMAS INSUFICIÊNCIAS CRÔNICAS DA OFERTA AGRÍCOLA DO PAÍS. FICA DEMONSTRADA A NECESSIDADE INADIÁVEL DE RECUPERAR A AGRICULTURA NACIONAL, ASSEGURANDO A CONTINUIDADE DA POLÍTICA DE ESTÍMULOS À AGRICULTURA.

Com as primeiras decisões governamentais relativas à safra 1980/81, a safra agrícola 1979/80 passará, gradativamente, ao segundo plano. Cercada de otimismo desde a primeira hora, ela deixa o cenário sem ter satisfeito inteiramente as expectativas que se formaram à sua volta e que lhe valeram o qualificativo de ***super-safra***.

Embora não haja como negar que a agricultura brasileira registrou, na safra passada, sensível progresso, sobretudo em relação aos 2 anos precedentes, a expectativa de que o aumento da produção resultasse numa situação de relativa abundância baseava-se num desconhecimento não só da nova dimensão alcançada pela economia brasileira em diversas frentes mas, também, das carências acumuladas em vários anos de crescimento agrícola insuficiente.

Determinar se uma safra é boa ou ruim é tarefa que só pode ser empreendida à luz da experiência passada e das necessidades sociais de um país. Sob essa ótica, a safra 1979/80 apresenta resultados conflitantes quando se analisa cada produto separadamente. O Quadro 1 compara, para 8 produtos, os resultados obtidos na safra passada, segundo as últimas estimativas da CFP, com uma produção hipotética, resultante da extrapolação, para 1980, da taxa de crescimento da produção registrada no período 1960/76. Portanto, para efeito de determinação da taxa ***histórica*** de crescimento da produção, não foram consideradas as safras 1977/78 e 1978/79, sensivelmente prejudicadas pela estiagem que afetou a região Centro-Sul.

Verifica-se que para 4 produtos (algodão, batata-inglesa, feijão e mandioca) a produção alcançada na safra 1979/80 esteve aquém do que se poderia esperar tendo em vista o ritmo de crescimento registrado no passado. É interessante constatar, ao mesmo tempo, que, no que diz respeito ao algodão, ao feijão e à mandioca, esse hiato é ainda mais preocupante, pois ocorre a despeito do fato de que as taxas de crescimento passadas são relativamente baixas. Por outro lado, no caso do arroz, do milho e, sobretudo, da soja, o volume obtido na safra passada situa-se acima do que se convenciona chamar de ***linha de tendência*** (ver gráficos por produtos a partir da página 7), configurando, portanto, um progresso em relação à situação anterior.

Mas quando se considera a demanda potencial, até mesmo as safras de arroz e milho que estão sendo comercializadas este ano podem ser consideradas insuficientes. O Quadro 2 contrasta, para 5 produtos, a produção da safra 1979/80

com uma projeção da demanda, para 1980, feita pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas no ano de 1974. Essa projeção da demanda tomou por base, para cada produto, a disponibilidade média para consumo humano do período 1966/70 e levou em consideração o crescimento demográfico e o aumento do poder aquisitivo da população(*).

Verifica-se que a demanda projetada para 1980 acha-se, em todos os casos, acima da produção registrada em 1979/80.

A maior discrepância entre demanda potencial projetada e produção efetivamente obtida ocorre no caso da mandioca, em razão da forte concorrência que este produto sofreu por parte do trigo, cujo preço subsidiado permitiu que a farinha feita com base no cereal passasse a ser consumida até mesmo por populações situadas nas regiões Norte e Nordeste do país, habituadas tradicionalmente ao consumo da raíz. A modificação substancial introduzida no preço do trigo em decorrência da criação do subsídio, que não foi prevista por ocasião da formulação das projeções apresentadas no Quadro 2, contribuiu certamente para reduzir a demanda de mandioca. Não obstante esse fato, existe evidência adicional de que uma considerável parcela da demanda potencial para a mandioca não está sendo atendida pela oferta. Isso pode ser comprovado comparando-se a evolução do preço recebido pelo produtor de mandioca com o Índice Geral de Preços, no conceito de disponibilidade interna. Tomando-se por base o ano de 1966 (1966 =100), verifica-se que, em outubro de 1979, enquanto o IGP estava em 3.087 pontos, o índice relativo ao preço recebido

(*) As taxas anuais de crescimento projetadas para o PIB e a população.

QUADRO 1

BRASIL – Produção Projetada para 1980 com Base na Tendência do Período 1960-76 e Produção Efetivamente Obtida

Produto	Produção Projetada (em t)	Produção Obtida(*) (em t)	Taxa Anual de Crescimento da Produção Projetada (em %)
Algodão	2.004.121	1.721.500	0,36
Arroz	8.761.356	9.684.000	2,68
Batata	1.931.975	1.623.537	3,07
Feijão	2.518.162	2.106.100	1,42
Mandioca	31.717.000	25.211.500	2,12
Milho	19.332.141	20.375.500	4,49
Soja	9.760.007	14.887.800	8,34
Trigo	3.007.603	3.138.200	20,02

(*) última estimativa da CFP.

QUADRO 2

BRASIL – Demanda Projetada para 1980 e Produção (Safra 1979/80) Para Alguns Produtos Selecionados (em mil t)

Produto	Demanda Projetada p/1980	Produção (Safra 1979/80)	Hiato (em %)
Arroz em casca	10.388	9.684	7,3
Milho em grão	20.419	20.375	0,2
Feijão	3.178	1.981	60,0
Batata-inglesa	2.702	1.624	66,4
Mandioca	43.772	25.211	73,6
Banana	9.071	6.171	47,0

FONTES: 1) Demanda projetada – *Projeções da Demanda e da Oferta de Produtos Agrícolas para 1975 e 1980* – Centro de Estudos Agrícolas/ IBRE/FGV – 1974
2) Produção CFP

pelo produtor de mandioca já alcançava 10.500 pontos.

Também a projeção referente ao milho merece algum reparo, embora de sentido oposto ao que foi feito no caso da mandioca. Pode-se supor que a situação do mercado de milho é menos satisfatória do que sugere o Quadro 2, tendo em vista que cresceu substancialmente, nos últimos anos, a demanda para consumo animal, fenômeno que não foi previsto por ocasião das projeções. A existência de um hiato, entre oferta e demanda de milho, maior do que o registrado no Quadro 2, explicaria, por exemplo, a necessidade de importar, esse ano, 1,2 milhão de t do produto.

Verifica-se, portanto, que, no tocante aos produtos de abastecimento interno, e a despeito do inegável progresso registrado em relação aos dois anos anteriores, a safra 1979/80 está longe de merecer o qualificativo de ***super-safra***. Na verdade, os Quadros 1 e 2 sugerem que, com relação a esses produtos, o déficit acumulado em muitos anos de crescimento insuficiente da produção só poderá ser eliminado ao cabo de várias safras bem sucedidas. Essa constatação é importante para que se criem expectativas realistas com relação à situação do abastecimento interno no próximo ano.

Neste número de ***Agroanalysis***, dedicado ao prognóstico da safra 1980/81, os técnicos do Grupo de Informação Agrícola procuram delinear os primeiros contornos da produção agrícola a ser comercializada em 1981. Dessa análise, fica a impressão de que o governo se mostra sensível, até certo ponto, à necessidade de reverter a tendência de declínio das lavouras de abastecimento interno. Para isso, vem reajustando de forma particularmente expressiva os Valores Básicos de Custeio e os preços mínimos de garantia dessas lavouras. No entanto, o exame da evolução da produção e da área colhida para cada produto, feito a seguir, sugere que, em certos casos, a utilização de instrumentos de curto prazo teria que ser acompanhada de medidas de maior profundidade para produzir resultados duráveis. Essas medidas de maior profundidade exigem, além da alocação de maiores recursos para a pesquisa agrícola, a introdução de mudanças nas políticas de distribuição de crédito subsidiado, de assistência técnica, de implementação dos projetos de colonização e de formação da mão-de-obra rural.

Os gráficos apresentados a seguir permitem visualizar as tendências da produção para 8 produtos ao longo do período 1960-76 e merecem comentários separados.

ALGODÃO

Verifica-se (Gráfico 2) que a produção de algodão entrou em fase de declínio a partir de 1972, em razão, sobretudo, de uma retração da área plantada (Gráfico 1). Essa diminuição de área ocorreu principalmente em São Paulo e afetou seriamente a produção do estado (de 708 mil t em 1970 caiu para 474 mil t em 1980) apesar da elevação registrada nos rendimentos por hectare. Para que a produção retomasse a linha de tendência expressa pela reta I (e caracterizada por uma taxa de crescimento relativamente modesta), seria preciso que o país produzisse, no ano safra 1980/81, cerca de 2.000 mil t, possibilidade bastante remota (ver prognóstico da página 13). Nesse particular, deve-se levar em conta, sobretudo, que o efeito da disseminação, entre os agricultores, de variedades mais produtivas (IAC-17 e IAC-18), que resultou em expressivo crescimento da produção na última safra, já se manifestou quase integralmente.

ARROZ

Embora pontuada por alguns anos de ocorrência climática particularmente desfavorável (como aconteceu, por exemplo, nas safras 1977/78 e 1978/79) a série histórica da produção de arroz tem mostrado tendência regular de crescimento, ainda que em ritmo lento. No Sul, sobretudo, onde os rendimentos por hectare situam-se acima da média nacional, a área plantada com arroz vem diminuindo. Na safra passada, no entanto, houve expansão de área nessa região e é fundamental para o abastecimento interno de arroz que essa tendência seja estimulada. O fato de a produção da safra 1979/80 ter se alçado acima da linha de tendência não deve representar fator de excessivo otimismo. Há razões para acreditar que a demanda potencial para o arroz é maior do que as estimativas oficiais e deverá crescer ainda mais caso o subsídio do trigo seja retirado ou reduzido substancialmente.

FEIJÃO

A evolução da produção de feijão é a que melhor caracteriza a urgente necessidade de recuperar algumas culturas de abastecimento interno. A partir de 1972, houve forte inversão da tendência de produção, perfeitamente configurada pela distância que separa as retas I e II no gráfico 6. Na safra 1979/80, o governo procurou estimular fortemente o plantio do feijão mas os resultados dessa iniciativa foram frustrados, entre outros fatores, por condições climáticas extremamente adversas. A situação da lavoura feijoeira ilustra bastante bem, por isso mesmo, a necessidade de uma ação em profundidade, destinada a mudar radicalmente as condições em que se processa a exploração de determinadas culturas no país. Apesar dos repetidos tabelamentos do preço do feijão, a nível do varejo, a remuneração do produtor cresceu substancialmente, em termos reais, no período 1966-1979. Em resposta a esse estímulo de mercado, a área colhida com feijão tem mostrado tendência a um crescimento contínuo. Não obstante este fato, a queda acentuada dos rendimentos por hectare anulou por inteiro o esforço dos agricultores no sentido de expandir a produção. São várias as razões sócio-econômicas dessa diminuição da produtividade, mas todas elas resultam no uso reduzido de sementes melhoradas e insumos modernos pelos agricultores e no deslocamento da lavoura para áreas marginais onde é menor a fertilidade do solo. A modificação desse quadro exige, portanto, uma atuação direta e permanente da assistência técnica e dos órgãos de pesquisa agrícola junto aos produtores de feijão.

MILHO

A taxa de crescimento da produção de milho no período 1960-76 (4,5% ao ano) mostra-se superior ao ritmo de expansão registrado por outras culturas de abastecimento interno como o feijão, a mandioca e o arroz. Não obstante esse fato, têm havido problemas no abastecimento interno de milho. A explicação para esse descompasso entre oferta e demanda reside no rápido crescimento do consumo animal de milho. Segundo estimativas preliminares, o consumo de rações pela avicultura de corte cresceu cerca de 21% no primeiro semestre de 1980, em relação a idêntido período do ano passado. E a avicultura em geral, teria expandido sua demanda em 16%. Também a suinocultura nacional vem pressionando a oferta interna de milho: estima-se que a demanda de rações por parte desse setor esteja crescendo ao ritmo de 22% este ano. Sendo assim, as perspectivas de regularização do abastecimento a curto prazo são bastante remotas. O prognóstico da página 35, prevê que a demanda de milho, em 1981, poderá situar-se entre 22,5 e 23,0 milhões de t. Caso o governo persiga efetivamente o objetivo de substituir por milho cerca de 25% da farinha de trigo em uso na panificação e decida constituir estoques de 1 milhão de t, a demanda total para o produto poderá atingir 26 milhões de t. À primeira vista, o setor produtivo não tem condições de dar um salto desta ordem.

SOJA

A expansão da lavoura de soja, nos últimos 15 anos, revestiu-se de caráter tão espetacular que é difícil imaginar que a produção possa continuar crescendo no mesmo ritmo registrado no passado. O gráfico relativo à evolução da produção mostra claramente a aceleração verificada a partir de 1969 (reta II). Para o futuro, espera-se uma queda no ritmo de crescimento em função, sobretudo, de dois fatores: 1) acirramento da concorrência no mercado mundial; e 2) menor disponibilidade de terras nos estados do Sul do país.

Na safra 1980/81, estima-se que a área plantada com soja nos estados do Sul deverá permanecer inalterada, enquanto no Centro-Oeste deverá ocorrer forte expansão, em razão do menor custo das terras e da menor necessidade, num primeiro momento, de despesas com insumos. Ainda assim, é possível que a produção do próximo ano atinja o volume de 16 milhões de t, quase 8% a mais do que em 1980.

TRIGO

Marcada por fortes flutuações, a produção de trigo no Brasil, tem mostrado, no entanto, tendência a um crescimento relativamente rápido. A demanda, todavia, fustigada por um subsídio que foi crescendo de vulto, expandiu-se em ritmo ainda mais forte, comprometendo seriamente o objetivo inicial de auto-suficiência.

Em 1979, o comportamento negativo do clima impediu que a substancial expansão da área plantada resultasse em crescimento expressivo da produção. Eis aí, na realidade, o problema mais sério a ser enfrentado pela produção de trigo no Brasil. Observando-se uma série histórica das produtividades de trigo no país, entre 1962 e 1979, apenas em três períodos os rendimentos médios por hectare ultrapassaram os 1.000 kg, patamar relativamente baixo, se comparado à produtividade obtida nos demais países produtores.

O prognóstico da página , acena com a possibilidade de que, no futuro, a cultura do trigo se desenvolva no Brasil Central, onde são menores os riscos para o produtor. Por enquanto, contudo, o país está condenado à dependência das importações: a produção de trigo, em 1980, deverá alcançar 3 milhões de t, enquanto o consumo previsto é de 6,6 milhões de t.

A análise das perspectivas da produção e do consumo, que foi feita para vários produtos, serviu para demonstrar, caso ainda fosse preciso, a inadiável necessidade de recuperar a agricultura nacional. A safra 1979/80 deve ser considerada, apenas, como um impulso inicial. Para que os resultados sejam duradouros, é indispensável assegurar a continuidade da política de estímulos à agricultura.

GRÁFICO 1 *BRASIL — Algodão — Área Colhida no Período 1960-80 e Ajustamento Linear da Área Colhida no Período 1960-76*

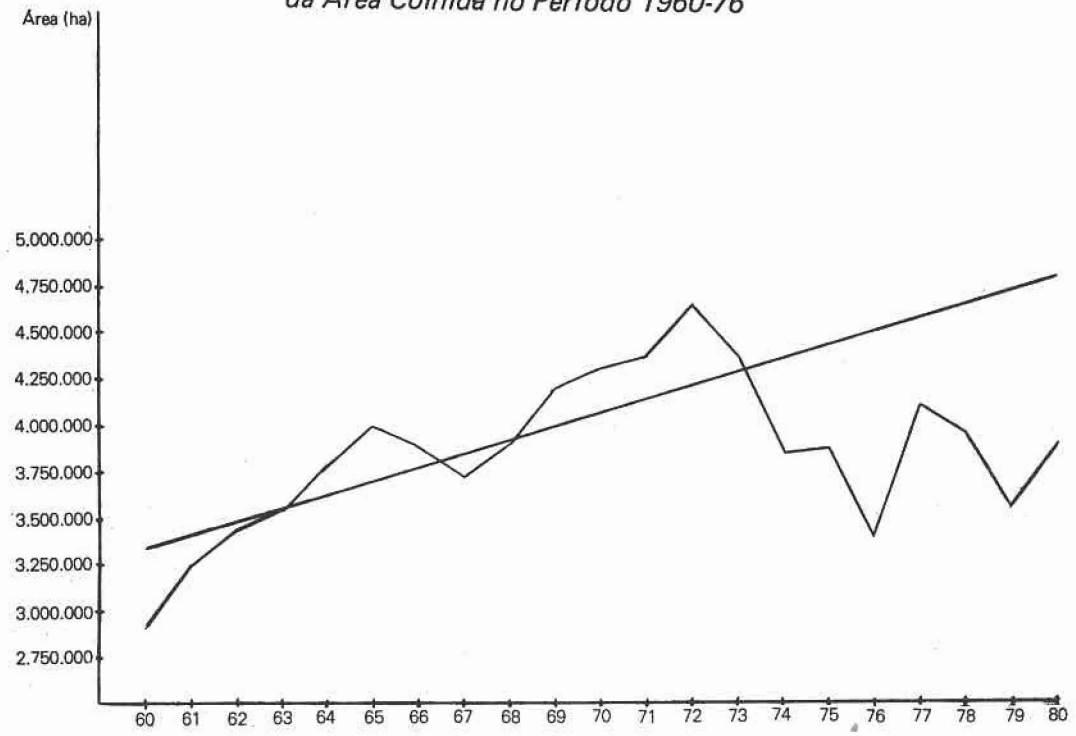
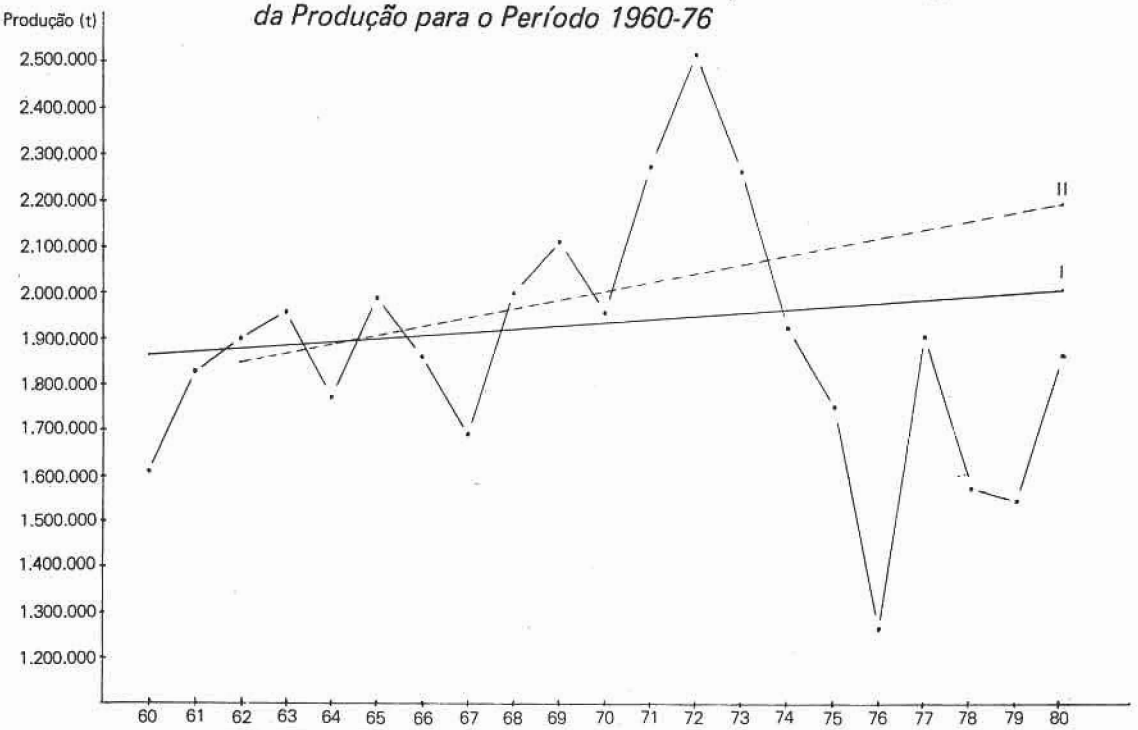


GRÁFICO 2 *BRASIL — Produção de Algodão no Período 1960-80 e Ajustamento Linear da Produção para o Período 1960-76*



NOTA: A reta I foi ajustada para o período 1960-76 e a reta II, para o mesmo período, utilizando-se médias móveis trienais.

GRÁFICO 3 *BRASIL — Arroz — Área Colhida no Período 1960-80 e Ajustamento Linear da Área Colhida no Período 1960-76*

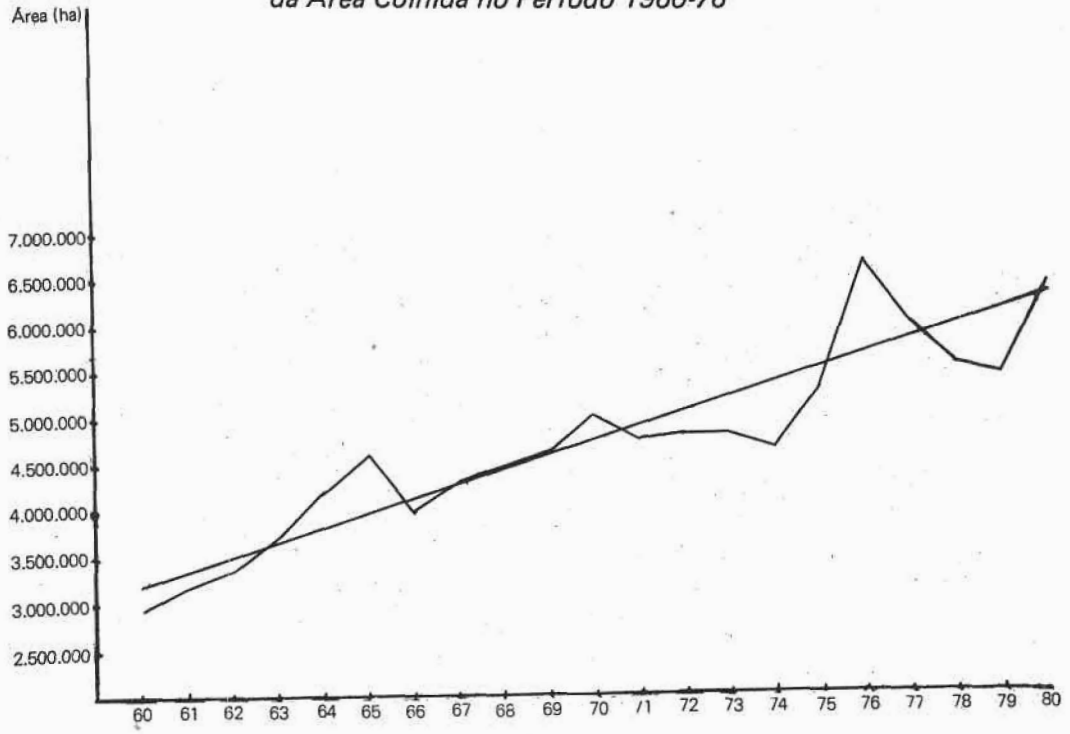


GRÁFICO 4 *BRASIL — Produção de Arroz no Período 1960-80 e Ajustamento Linear da Produção para o Período 1960-76*

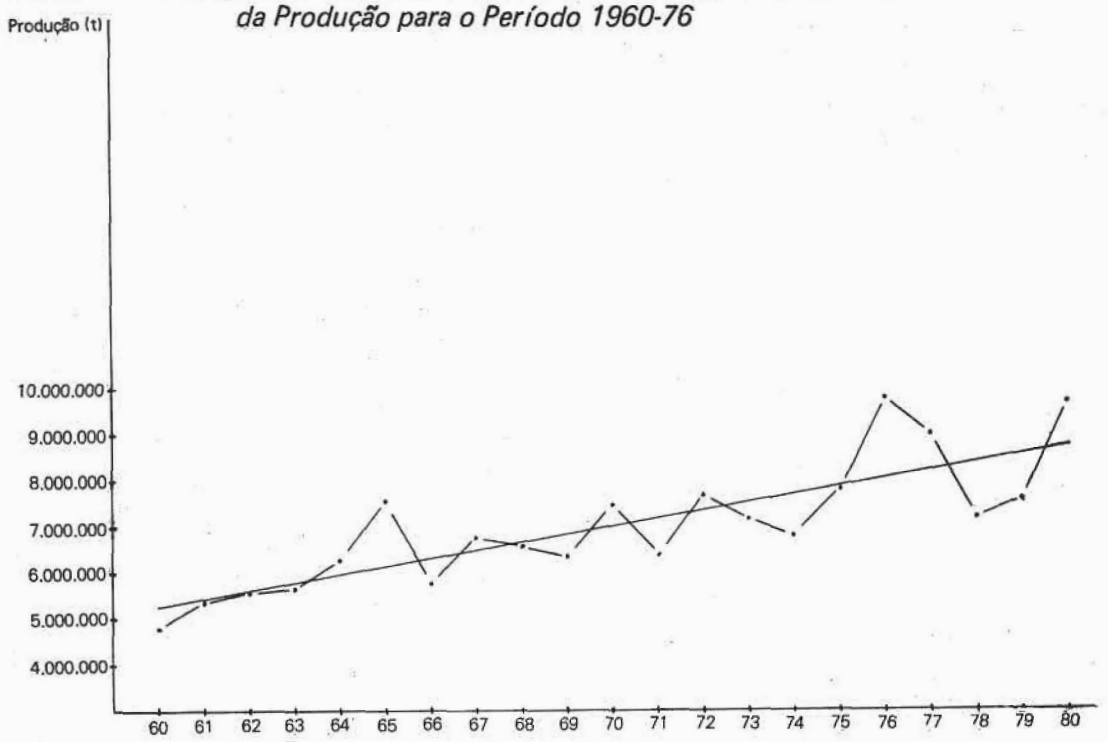


GRÁFICO 5 *BRASIL – Feijão – Área Colhida no Período 1960-80 e Ajustamento Linear da Área Colhida no Período 1960-76*

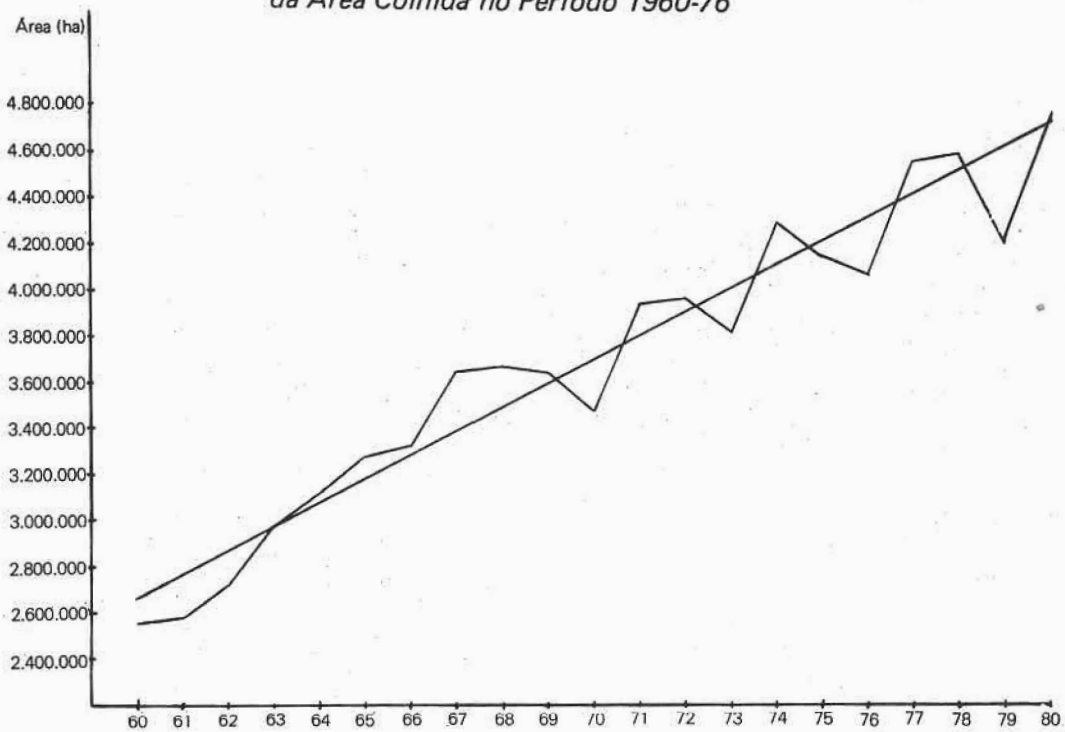
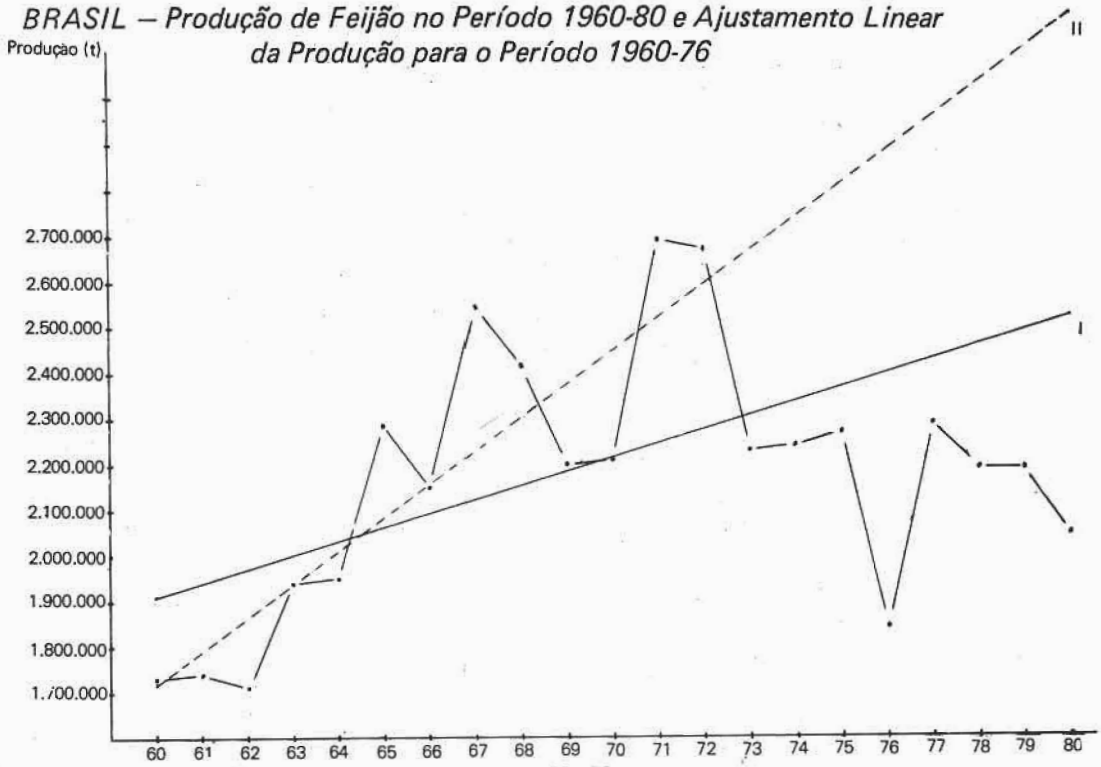


GRÁFICO 6 *BRASIL – Produção de Feijão no Período 1960-80 e Ajustamento Linear da Produção para o Período 1960-76*



NOTA: A reta I foi ajustada para o período 1960-76 e a reta II para o período 1960-72.

GRÁFICO 7 *BRASIL – Milho em Grão – Área Colhida no Período 1960-80 e Ajustamento Linear da Área Colhida no Período 1960-76*

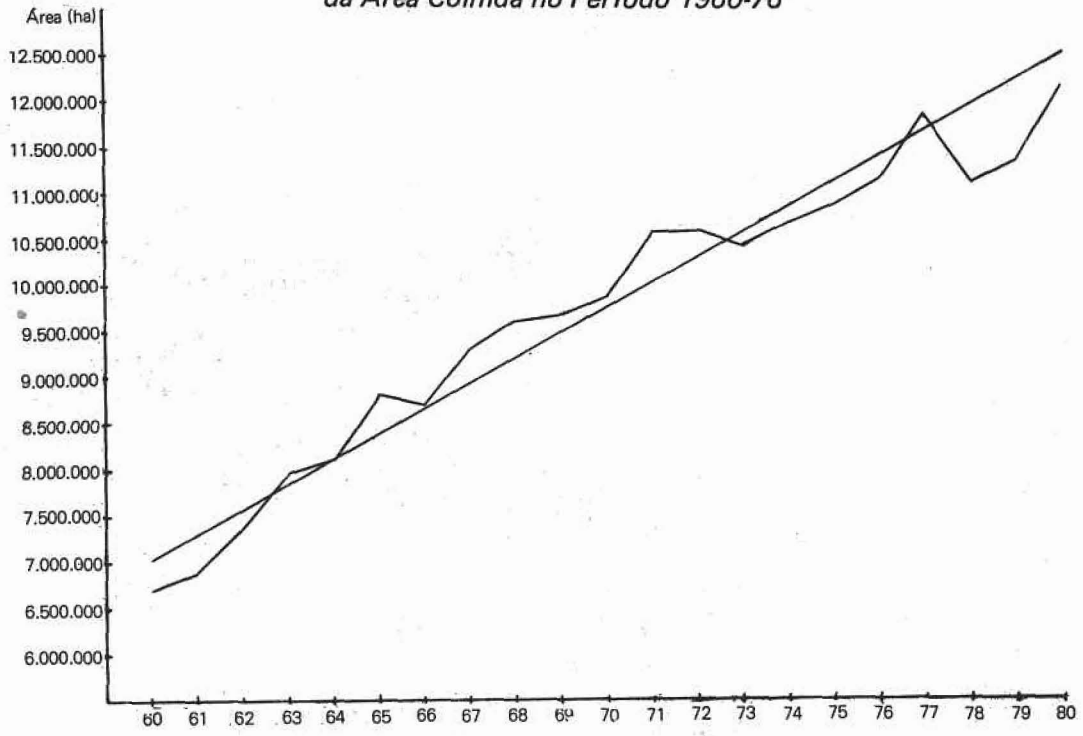


GRÁFICO 8 *BRASIL – Produção de Milho no Período 1960-80 e Ajustamento Linear da Produção para o Período 1960-76*

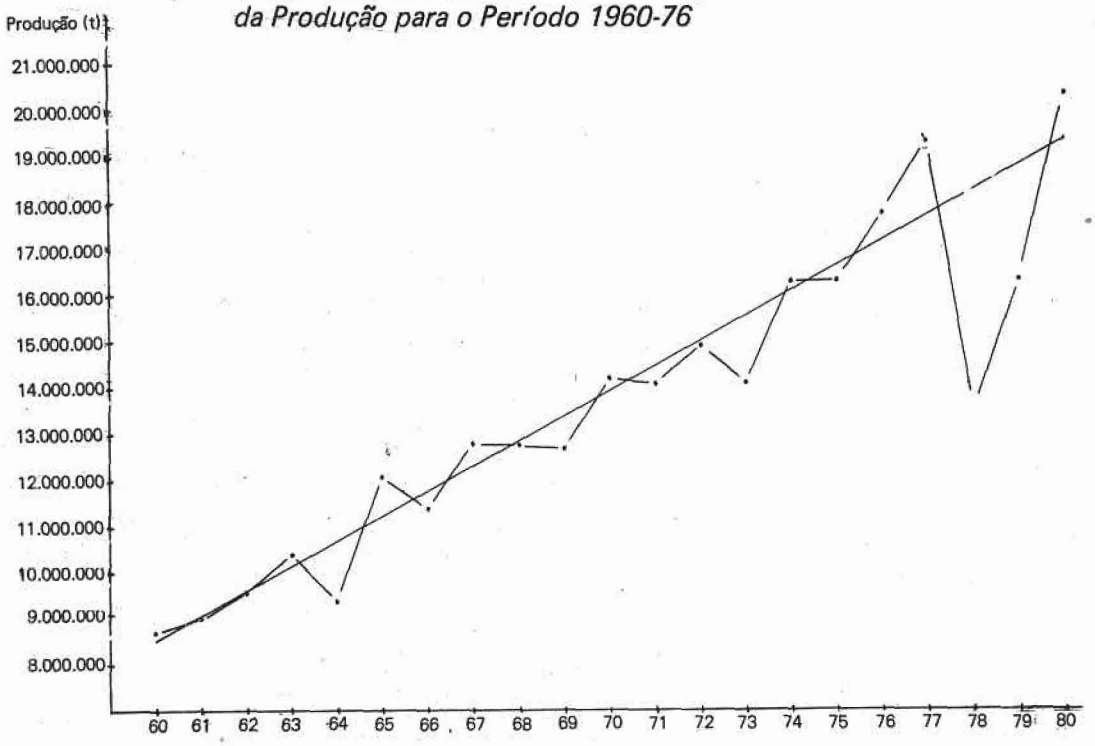


GRÁFICO 9 *BRASIL — Soja — Área Colhida no Período 1960-80 e Ajustamento Linear da Área Colhida no Período 1960-76*

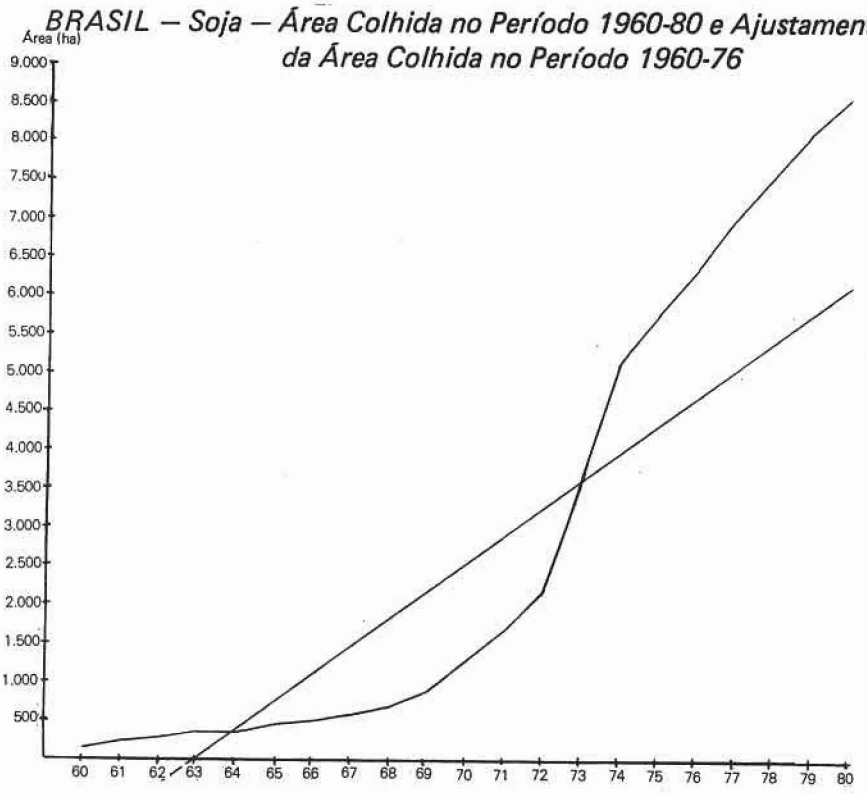
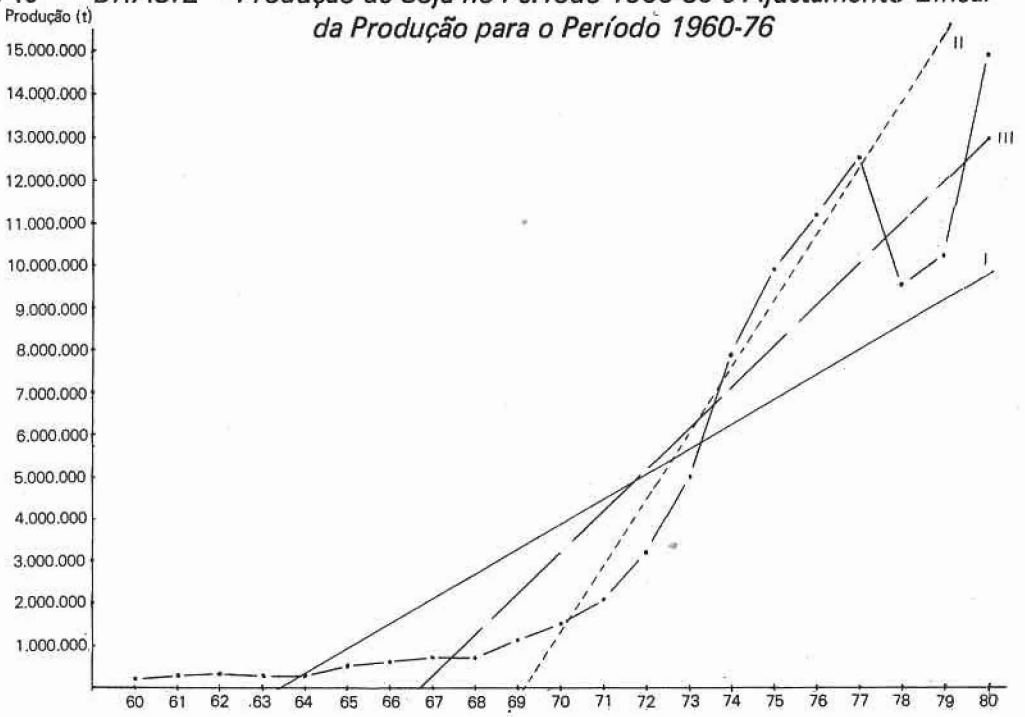


GRÁFICO 10 *BRASIL — Produção de Soja no Período 1960-80 e Ajustamento Linear da Produção para o Período 1960-76*



NOTA: A reta I foi ajustada para o período 1960-76; a reta II para o período 1969-76 e a reta III para o período 1965-76.

GRÁFICO 11 *BRASIL — Trigo — Área Colhida no Período 1960-80 e Ajustamento Linear da Área Colhida no Período 1960-76*

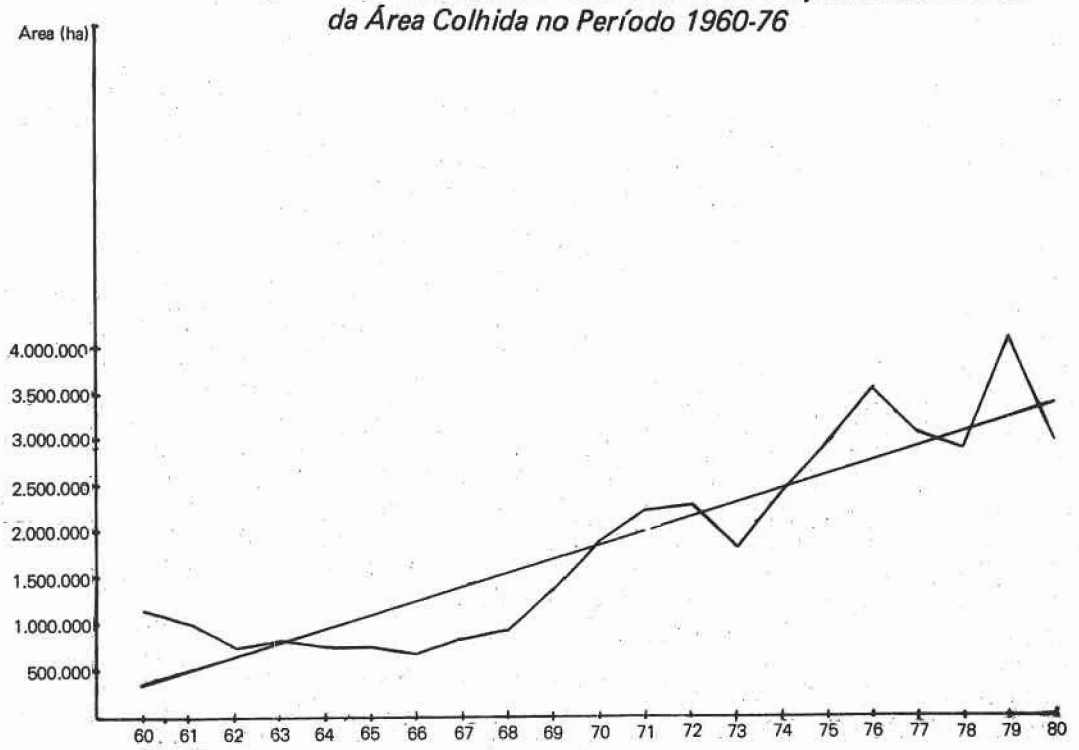
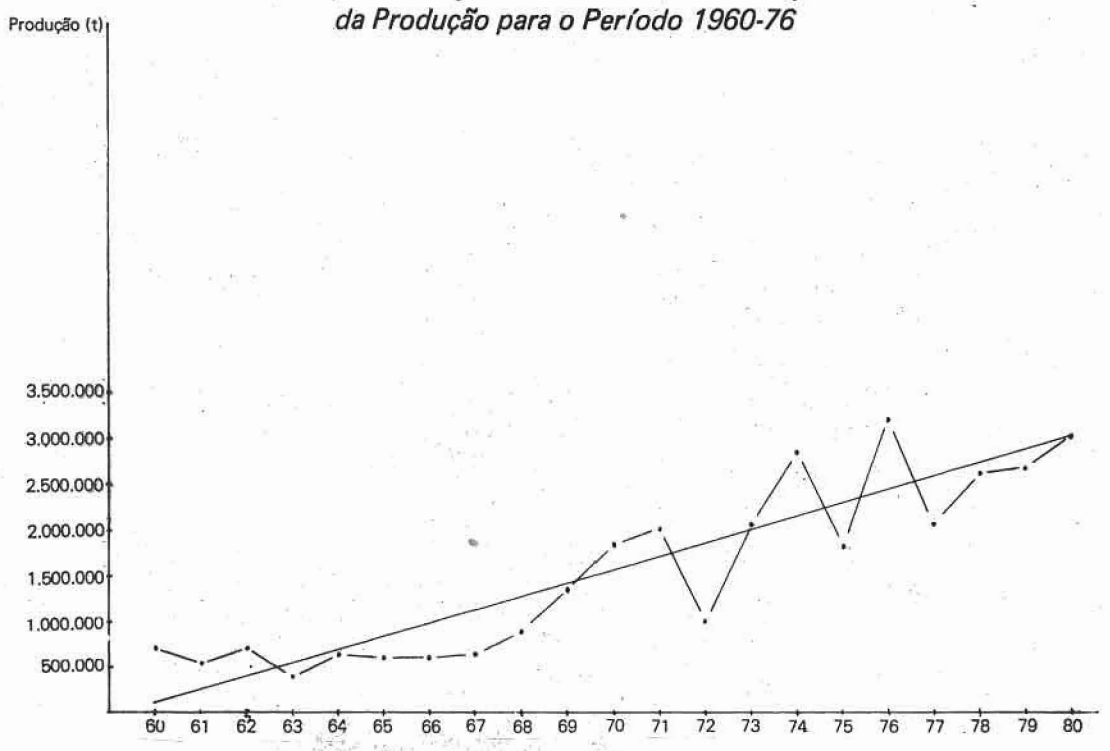


GRÁFICO 12 *BRASIL — Produção de Trigo no Período 1960-80 e Ajustamento Linear da Produção para o Período 1960-76*



ALGODÃO

A não consecução da meta prevista para as exportações de têxteis este ano (US$ 1,1 bilhão) poderá ocasionar uma queda no ritmo de crescimento do consumo de algodão. A se configurar tal perspectiva, a demanda do produto em 1981 deverá situar-se no mesmo volume deste ano (570 mil t) ou se elevar um pouco, não alcançando, porém, as 600 mil t que seriam o volume demandado pela indústria, caso se repetisse o crescimento da produção têxtil registrado no período de abril/1979-abril/1980 (+5,2%). Assim, se o consumo atingir as 590 mil t, na próxima temporada, este poderá ser considerado um resultado satisfatório.

Em vista disso, a oferta, em 1981, deveria ser da ordem de 685 mil t,não só para atender às necessidades globais do mercado, como, também, para recompor os estoques de fibras de tipos superiores que, este ano, foram totalmente consumidos, em virtude de sua escassez. O excedente de safra previsto para a atual estação (cerca de 130 mil t) será praticamente composto por fibras de pior qualidade, não havendo possibilidade de ser absorvido pelo mercado interno (ver Quadro 1).

Como, em anos considerados normais, a produção da safra nordestina gira em torno de 180 mil t (e, nesta safra, deverá situar-se em 153 mil t), 550 mil t terão de provir da região Centro-Sul, cerca de 17% a mais do que foi produzido na temporada 1979/80, para abastecer integralmente o mercado. Isto corresponde a 1,44 milhão de toneladas de algodão em caroço. Admitindo-se que prevaleçam condições normais de clima para esta região, a produtividade poderá repetir o desempenho da safra 1979/80, isto é, 1.567 kg/ha . Assim, a área ocupada com a malvácea

QUADRO 1

BRASIL – Balanço da Oferta e Demanda de Algodão em Pluma Discriminado por Tipos – Safra 1979/80

em mil t

	Fibras Melhores (tipos 6/7 para menos)	Fibras Piores (tipo 7 para mais)	Total
A – Estoques Iniciais	105	12	117
B – Produção	415,5	166,9	582,5
Centro/Sul	291	145(2)	436,0
Norte/Nordeste	124,5(4)	21,9	146,5(3)
C – Suprimento	520,5	178,9	699,4
D – Consumo	524,4(5)	45,6	570
E – Excedente/déficit (C - D)	–3,9	133,3	129,4
F – Estoque de Segurança(1)	87,4	7,6	95,0

FONTE: CFP – estimativa de julho de 1980
(1) suficiente para 2 meses de consumo
(2) 1/3 da safra Centro-Sul
(3) ponto médio do intervalo – 140/153 mil t
(4) cerca de 85% da safra nordestina
(5) cerca de 92% do consumo previsto este ano

deveria girar em torno de 920 mil hectares, 16% a mais do que a da safra anterior, para que se atingisse o volume de produção requerido pelo consumo doméstico. Algumas variáveis, contudo, poderão impedir a obtenção desta área de plantio.

A contínua queda do volume exportado de algodão em pluma, verificada no início dos anos 70, foi fator preponderante para ocasionar a retração da área de plantio da região Centro-Sul. A dimensão que tomou o mercado interno de algodão, no início da década passada, não levou em conta o possível grau de resposta do setor agrícola, capaz de permitir um excedente exportável do pluma e o resultado foi o direcionamento de parte da produção de algodão, que, anteriormente, era exportada (cerca de 40%, nos anos sessenta) para satisfazer a expansão da demanda interna. Com o decréscimo da influência do mercado externo, fortaleceu-se o poder de barganha da indústria têxtil. Paralelamente, a elevação dos custos de produção, mormente dos insumos (fertilizantes e defensivos) que correspondem a mais de 1/3 das despesas do produtor de algodão, contribuiu sobremaneira para deprimir os ganhos auferidos pelos cotonicultores. Surgiram, assim, condições ideais para que culturas mais rentáveis viessem a ocupar as áreas antes destinadas ao algodão (a soja foi o exemplo mais marcante). Mesmo com o reforço da pesquisa de sementes, que tem proporcionado ganhos na produtividade, graças ao lançamento de novas variedades, a redução da área plantada com o produto superou os aumentos dos rendimentos por hectare. A conseqüência foi a queda contínua da produção e das exportações. O volume colocado no exterior caiu de 343 mil t, em 1970, para 308 t, em 1979!

A introdução de duas novas variedades de sementes (IAC-17 e IAC-18) em 1978/79, conseguiu elevar a produção nas duas últimas safras pois, além de aumentar os rendimentos por hectare — a produtividade média de 1.200 kg/ha, no período 1970/78, saltou para 1.500 kg/ha, em 1978/79 e 1979/80 — proporcionou à safra 1979/80 um aumento de área, segundo a CFP, de 6%, devido às maiores receitas obtidas pelos cotonicultores, na temporada anterior. A elevação da produção nestes dois anos não parece, porém, indicar o início de uma nova tendência para a expansão da produção meridional de algodão, principalmente porque não se espera a repetição, nos próximos anos, da introdução de variedades com maiores potenciais de produtividade. O esforço atual do IAC tem-se concentrado em melhorar variedades, no que diz respeito à qualidade da fibra.

Simultaneamente, é preciso verificar se o movimento de alta dos preços dos diversos tipos de algodão, previsto para este ano, será suficiente para estimular um aumento de área. Na safra 1979/80, a região meridional sofreu uma quebra na qualidade de seu algodão, em função da excessiva precipitação verificada no início da colheita, em fevereiro. Isto antecipou as compras das indústrias para o início do ano (janeiro e fevereiro, principalmente) quando, normalmente, elas só começam a se abastecer em março e abril. Assim, os estoques remanescentes da safra anterior (1978/79) foram totalmente consumidos (chegavam a cerca de 117 mil t), o que ocasionou uma elevação real nos preços do algodão. Até junho, o mercado manteve-se aquecido, com as indústrias temendo a falta dos tipos 6/7 e superiores. Normalmente, a safra é composta em quase 90% por estes tipos e, este ano, o percentual caiu para menos de 70%. As notícias de quebra da safra setentrional, que entra no mercado em meados de setembro, também contribuíram para a firmeza do mercado.

O setor industrial, contudo, preparou-se adequadamente para enfrentar esta situação de aperto na oferta. Segundo dados da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, que registra 50% da demanda industrial nacional, o consumo de algodão em pluma de janeiro a abril deste ano, até o tipo 5/6 (tipo médio) reduziu-se em 37%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, a demanda pelos tipos inferiores (mais abundantes este ano) elevou-se em 60%, diluindo assim a pressão sobre a disponibilidade do produto de melhor qualidade.

Deste modo, com as indústrias, em sua maioria, suficientemente abastecidas até agosto-setembro, quando normalmente começa a ser colhida a safra do Nordeste, os preços no atacado começaram a apresentar sinais de estabilidade. Na primeira quinzena de julho, os preços não acusavam modificações nominais sobre o mesmo período do mês anterior.

Outros fatores contribuíram, também, para o desaquecimento do mercado, tais como: 1) as

vendas dos estoques do governo federal (AGF); 2) o vencimento, em julho, da primeira parcela dos EGF's contratados em fevereiro; 3) a redução dos prazos de pagamento das Notas Promissórias Rurais e das duplicatas mercantis; 4) a limitação do crédito em 45%, o que afetou a formação de estoques de produtos têxteis acabados.

Além destas medidas, o governo federal também limitou o aumento do volume do produto a ser colocado em EGF, no corrente ano, pelas indústrias,a um máximo de 60% sobre o volume atingido no ano passado. O objetivo desta medida foi reduzir o tempo de permanência dos algodões em estoque, para elevar a disponibilidade do produto no mercado. Contudo, talvez não se consiga o resultado almejado, pois a quantidade ofertada das fibras que hoje apresentam os preços mais elevados, isto é, as de melhor qualidade, é menor do que a do ano passado. Quanto às vendas dos estoques do governo (AGF) acima mencionadas, não têm como intenção provocar uma queda nos preços mas, somente, impedir maiores elevações. Isto porque, além do volume do algodão em AGF ser diminuto, as vendas têm sido efetuadas em doses homeopáticas, a fim de não prejudicar a comercialização da safra nordestina.

O volume de algodão que deve ser negociado devido ao vencimento da primeira parcela dos EGF's contratados em fevereiro encontrará um mercado pouco receptivo, não só para a grande maioria dos tipos de algodão — provavelmente de má qualidade — como, também, para aqueles de melhor classificação, em virtude de as indústrias estarem razoavelmente abastecidas. Neste caso, as vendas só serão efetuadas a preços mais baixos. Também a redução dos prazos das NPR's (de 120 dias para 30 dias) e das duplicatas mercantis (de 120 para 90 dias) atuará como um desestímulo à formação de estoques por tempo superior a dois meses. Adicionalmente, a limitação do crédito em 45% diminui o tempo de permanência dos estoques de manufaturados têxteis, devido à maior dificuldade da obtenção de capital de giro. Com isso, as vendas deverão ser efetuadas a prazos mais longos, ocasionando, por seu turno, uma menor procura por algodão para estocagem.

Este conjunto de medidas, ainda que possa impedir uma retomada dos aumentos dos preços aos níveis alcançados nestes primeiros seis meses do ano, dificilmente conseguirá reduzir o preço real do algodão. Isto porque a disponibilidade diminuta do produto permanece como fator de pressão altista sobre as cotações.

Com relação aos preços recebidos pelos agricultores, o mercado mostrou-se firme nos meses de fevereiro a maio, quando se realiza a maior parte da comercialização. Contudo, comparando-se a média de preços obtida neste período com aquela de igual período do ano passado, o preço real recebido foi menor em 9,5%. E como o aumento da produtividade não foi suficiente para compensar, para o produtor, a queda real dos preços, a receita desta safra situou-se 4,6% abaixo, em termos reais, daquela obtida com a comercialização da safra 1978/79. Tendo em vista, ainda, que o custo total de produção elevou-se, em termos reais, no período de um ano, até maio de 1980, em mais de 4%, a rentabilidade auferida pela cultura este ano não foi compensadora. Ademais, comparando-se esse resultado com a rentabilidade das lavouras que mais fortemente concorrem com o algodão pela área de plantio, pode-se descartar qualquer aumento significativo da área cultivada com a fibra na próxima estação (ver Quadro 2).

No entanto, a política governamental tem ajudado, de certo modo, a minimizar os efeitos negativos do menor ganho relativo do algodão, contribuindo para a elevação da área plantada, em alguns anos. No estado de São Paulo, por exemplo, que a partir de 1972/73 vem apresentando decréscimos quase que constantes no plantio (com exceção da safra 1976/77) devido à substituição pela soja, cultura mais rentável, alguns hectares perdidos nos dois últimos anos foram recuperados pela cotonicultura.

Certamente, a relação que mostra o percentual da despesa que é financiado pelo governo — financiamento de custeio/custo de produção — teve alguma influência nestes ganhos de área. Foi justamente nestes dois anos que a relação suplantou a da leguminosa, ainda que a sojicultura se

Agroanalysis, 4(8):2-54, agosto/1980

QUADRO 2

ESTADOS SELECIONADOS — Comparativo de Rentabilidade: Algodão, Milho e Soja
Safra 1979/80

Estado	Produtos	Produtividade (kg/ha)	Preço recebido(1) (Cr$/kg)	Receita bruta(2) (Cr$/ha)	Receita líquida(3) (Cr$/ha)	Rentabilidade (RL/CT) %
Paraná	Algodão	1.683	17,00	28.611,00	2.211,63	8,4
	Milho	2.360	4,24	10.006,40	2.695,19	36,9
	Soja	2.240	8,24	18.457,60	6.223,09	50,9
São Paulo	Algodão	1.667	17,70	29.505,90	3.106,53	11,8
	Milho	2.463	4,64	11.428,32	4.117,11	56,3
	Soja	1.875	8,30	15.562,50	4.984,06	47,1
Mato Grosso do Sul	Algodão	1.464	15,47	22.648,00	233,64	1,0
	Milho	1.706	4,69	8.001,14	1.788,55	28,8
	Soja	1.600	7,90	12.640,00	3.072,03	32,1
Goiás	Algodão	1.962	19,73	38.710,26	10.038,83	35,0
	Milho	2.180	4,63	10.093,40	2.782,19	38,0
	Soja	1.820	7,87	14.323,40	4.755,43	49,7

FONTE: IBGE, CFP (produtividade); CEA/FGV (preços recebidos)

(1) Média ponderada (pesos variando de 1 a 4) de acordo com a intensidade de comercialização mensal. Período fevereiro a maio/80

(2) Preço recebido x produtividade

(3) Receita Líquida (RL) = Receita Bruta — Custo Total (CT). Para o cálculo do Custo Total, tomaram-se como base os dados do trabalho da CFP *Custo de Produção — Safra 1979/80*. Partiu-se da produtividade média alcançada nas últimas duas safras para o algodão e nas últimas cinco safras (exceção de 1977/78 e 1978/79)para milho e soja.

mostrasse mais rentável. De fato, a mudança da base de cálculo do crédito de custeio no ano passado — preço mínimo separado do Valor Básico de Custeio — elevou a ***cobertura institucional***[1/] (financiamento de custeio/custo de produção) de 57%, em média no estado, no período 1971/79, para cerca de 77% na safra 1979/80. Ou seja, para cada Cr$ 1.000,00 investidos, Cr$ 770,00 foram financiados pelo governo federal, contra uma média de Cr$ 570,00 nas safras precedentes.

Para este ano, 1980/81, esta relação deve superar os 80%, enquanto que, no caso da soja, a cobertura institucional não deverá ser superior a 65%, devido à limitação de seu VBC. Isto significa que, em média, o produtor de algodão terá que desembolsar 20% para cobrir as despesas operacionais e o de soja 35%. Mesmo assim, é possível que o algodão perca área, pois, conforme demonstra o Quadro 3, os sojicultores têm condições de retirar da receita líquida auferida na safra passada, o montante requerido para se auto-financiar, o que não acontece com os produtores de algodão.

Assim, para a safra 1980/81, uma conseqüência da situação apresentada pode ser a redução da área cultivada, ou o descuido nos tratos culturais da lavoura, ambos impedindo o aumento da produção do algodão.

Ainda com respeito ao VBC, houve uma nova alteração na sua metodologia, para o ano safra 1980/81. O VBC será concedido integralmente para os agricultores com renda até Cr$ 5 milhões mas, para aqueles que ultrapassarem este limite, a cobertura será de apenas 80%. Com base no censo de 1975, isto significa que mais de 90% dos estabelecimentos cuja atividade principal é a cotonicultura receberão o financiamento integral do VBC. Nestes estabelecimentos está concentrada a quase totalidade da produção de algodão nos estados analisados (Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul). Aquele percentual incluiu, também, um bom número de grandes estabelecimentos (ver Quadro 4).

1/ medida sobre o custo variável, assim como a rentabilidade. A fonte fornecedora dos dados sobre custo no estado de São Paulo (IEA) não trabalha com custos totais, o que seria mais adequado para a medição das relações aqui apresentadas.

Em São Paulo, único estado que possui uma série longa e ininterrupta de custos de produção de algodão (somente o custo operacional) o preço mínimo — até o ano passado vinculado ao financiamento de custeio — foi suficiente para cobrir, até a safra passada, quase 40% das despesas operacionais de plantio. A safra atualmente em comercialização, primeira a experimentar os efeitos da nova medida, não apresentou diferenças nesta relação (46%). No entanto, registrou um aumento de área plantada, no estado, de 5%. Para este ano, a relação deverá girar em torno de 44%, ou seja, sem modificação significativa. O mesmo se pode dizer com relação ao preço mínimo, cujo reajuste acompanhou o aumento do custo de produção (135% em termos nominais).

Com relação aos preços praticados nesta safra, o preço mínimo fixado para a próxima comercialização, em 1981, situou-se quase 60% acima. Porém, como aqueles vêm sofrendo pressões altistas, em função da baixa disponibilidade do produto de melhor qualidade, é provável que o preço mínimo se distancie dos preços de mercado na próxima safra. Contudo, fixar, para 1980/81, um preço mínimo acima de Cr$ 475,20/@ seria correr o risco de se obter um preço mínimo gravoso com relação ao produto estrangeiro.

É certo que o preço mínimo das demais culturas concorrentes em área com o algodão influencia a intenção de plantio do cotonicultor. Para que fosse mantida a mesma relação obtida no ano passado, quando houve estímulo ao aumento de área com algodão, os preços mínimos do milho e soja deveriam ser de Cr$ 410,00/60 kg a Cr$ 430,00/60 kg para o primeiro produto e de Cr$ 700,00/60 kg a Cr$ 730,00/60 kg para a soja. Com os novos preços mínimos, a relação fatalmente favorecerá o plantio do milho, pois o preço mínimo fixado para este cereal é de Cr$ 474,00/saca de 60 kg. Para a soja, o novo preço mínimo é de Cr$ 660,00/saca 60 kg, beneficiando, ao contrário do milho, o algodão, na medida em que se situou abaixo da faixa esperada.

Pelo leque de variáveis apresentadas, algumas favorecendo ao aumento do plantio com a fibra e,

outras, impelindo o produtor a optar pelo cultivo de outras culturas, a possibilidade de manutenção da área plantada parece ser a avaliação mais próxima do que realmente irá acontecer com o algodão para a próxima safra meridional (1980/81).

O único estado que possui boas possibilidades de aumentar a área cultivada é Goiás. A elevada produtividade conseguida neste estado na safra 1979/80 permitirá que o retorno da cultura seja o mais elevado, em comparação com os demais estados. Além disso, será suficiente para complementar a defasagem entre o VBC e as despesas operacionais previstas. O grupo empresarial que detém a maior área plantada com algodão (20% a 30%) vem conseguindo reduzir os custos de produção da cultura através do uso de tecnologia mais sofisticada. Entretanto, como a participação do estado é pequena na área do algodão da região meridional (6% em média) os reflexos não serão significativos. Nos demais estados, o desestímulo causado pelo baixo retorno da cultura pode ser compensado pelo reajuste do preço mínimo. As menores chances, contudo, ficam para São Paulo. Aí, a cultura da cana-de-açúcar tem, inclusive, penetrado em regiões de fertilidade mais elevada. Na tentativa de não prejudicar a produtividade do algodão, o cotonicultor paulista pode optar por uma diminuição de área ao invés de expandí-la em terrenos de baixa produtividade.

Sendo assim, em condições normais de produção, o volume produzido de algodão em pluma pode repetir o mesmo número alcançado nesta safra (436 mil t). Se o Nordeste produzir as 180 mil t de algodão em pluma previstas, será obtida uma produção total de 616 mil t, suficiente para atender à demanda global projetada (590 mil t) mas não para refazer os estoques de fibras médias e superiores. Senão vejamos: das 616 mil t que poderão ser obtidas na safra 1980/81, cerca de 90% constituem-se de tipos 6/7 para melhor, ou seja, 554 mil t serão de boa qualidade. Como a demanda por estes tipos equivale a quase 95% do consumo industrial previsto (590 mil t), configurar-se-ia um déficit, em 1981, em torno de 6,5 mil t. No entanto, aquele percentual (95%) pode ser reduzido, à semelhança do que ocorreu este ano. Neste caso, a oferta do produto de melhor qualidade seria equivalente ao seu consumo, não restando sobras para recompor os estoques. Assim, a pressão sobre os preços das fibras de qualidade média e superior deverá persistir ainda no próximo ano.

QUADRO 3

ESTADOS E GRUPOS DE ESTADOS SELECIONADOS – Rentabilidade[1/] das Culturas de Algodão, Milho e Soja na Safra 1979/80 X Necessidade de Recursos Próprios[2/] para a Safra 1980/81 Por Faixas de Produtividade

Produto	Estados[3/]	Produtividade (kg/ha)	Custo Variável (Cr$/ha)	VBC Concedido (Cr$/ha)	Cobertura[4/] Institucional (%)	Recursos Próprios Necessários (%)	Rentabilidade (safra 1979/80) (%)
Algodão	MS	1.350	29.995,42	23.200,00	77,3	22,7	1,0
	SP, PR	1.650	36.257,24	29.700,00	81,9	18,1	11,8;8,4
	GO	1.950	42.543,78	32.800,00	77,1	22,9	35,0
Milho	MS	1.500	7.696,88	6.000,00	77,9	22,1	28,8
	SP, PR, GO	2.100	11.433,13	8.600,00	75,0	25,0	56,3;36,9;38,0
Soja	MS, GO	1.680	12.062,64	7.760,00[5/]	64,3	35,7	32,1;49,7
	SP, PR	2.100	15.050,90	9.760,00	64,8	35,1	47,1;50,9

FONTE: Deral–PR – Custo variável: Estimativa dos custos de produção para 1980/81
CRP – VBC (safra 1980/81)
FIBGE e CFP – Produtividade

OBS.: (1) Receita Líquida/Custo Total (ver Quadro 2)
(2) Com base na seguinte expressão (1 – Cobertura Institucional)
(3) Os estados foram selecionados para cada faixa de produtividade especificada segundo a média das produtividades das safras do seguinte modo: a) para milho e soja, período de 1973/74 a 1979/80, excluídas as safras atípicas de 1977/78 e 1978/79; b) para algodão, safras de 1978/79 e 1979/80.
(4) cobertura institucional = VBC/Custo variável
(5) 80% do VBC concedido

Agroanalysis, 4(8):2-54, agosto/1980

QUADRO 4

Características (Receita Bruta Auferida Exclusivamente com Algodão, Tamanho, Área Média e Percentual) dos Estabelecimentos Cotonicultores[1/] que Receberão 100% do VBC[2/] na Safra 1980/81, definidas a partir de Dados do Censo Agropecuário de 1975

Estados	Tamanho do Estabelecimento	Receita Bruta[3/] da Área Média (Cr$ mil)	Estabelecimentos que plantam Algodão em Cada Estrato (%)	Participação na Produção do Estado (%)	Área Média com Algodão dos estabelecimentos	Área Média com Algodão no Estado (ha)
Paraná	até 500 ha	4.745,00	99,9	94,2	202,8	12,4
São Paulo	até 500 ha	3.952,00	99,2	86,0	130,4	19,6
Minas Gerais	até 5.000 ha	2.661,00	100,0	99,0	142,9	10,0
Goiás	até 500 ha	4.751,00	87,9	57,6	127,9	93,5
MT do Sul	até 200 ha	3.606,00	99,3	83,4	100,5	13,9

FONTE: Censos Agropecuários de 1975
1/ cuja atividade principal é a cotonicultura
2/ cuja renda não ultrapasse a Cr$ 5 milhões
3/ valores deflacionados para maio de 1980

ARROZ

A safra orizícola 1979/80 constituiu-se numa exceção, dentro de um processo consolidado de estagnação na extensão da área cultivada com o cereal, a nível nacional. De fato, segundo dados da FIBGE, a área plantada com arroz apresentou um crescimento de 16,5% nesta safra, número que destoa bastante dos demais que compõem a série histórica da evolução do plantio do arroz no Brasil. Na década de 70, por exemplo, a taxa média de crescimento anual desta série foi de 2,6%.

As razões do incremento verificado podem ser encontradas em fatores de ordem estritamente econômica, tanto a nível de mercado quanto de políticas governamentais para o setor. Isto porque o desempenho físico da lavoura frustrou, por duas safras consecutivas, as expectativas de boa rentabilidade acalentadas pelos produtores.

Em 1979, o esvaziamento dos estoques oficiais, decorrente da escassez doméstica do produto, não foi suficiente para estancar a ascensão das cotações (os preços recebidos pelos orizicultores evoluíram 99,7% entre janeiro e dezembro, enquanto o índice agregado dos preços recebidos pelos agricultores aumentou 49,4%). É preciso destacar que a outra face da moeda, os consumidores, pelo menos os dos grandes centros, não chegou a ser excessivamente afetada, pois o ingresso de arroz importado assegurou um fluxo regular ao abastecimento. Apenas o recurso — não coibido — de misturar tipos diferentes do produto sob o rótulo dos tipos de melhor qualidade prejudicou o consumidor final, que pagou mais por uma mercadoria de qualidade inferior.

O reajuste do tabelamento no varejo no início de 1979 e sua extinção, em outubro, foram medidas adotadas com o fito de ativar a oferta e, no caso da segunda medida, de injetar novos estímulos ao plantio da safra 1979/80. A correção de 76% efetuada no preço mínimo de garantia e a fixação dos Valores Básicos de Custeio em junho daquele ano, são outras das medidas que se inserem no quadro de *prioridade à agricultura*. O percentual de reajuste dos preços mínimos encontrou boa receptividade, quando divulgado (posteriormente veio a ser corrigido). Os VBC's, no entanto, não foram bem aceitos pelos produtores gaúchos de arroz irrigado, setor da produção que não só apresenta maiores necessidades de recursos para o custeio, como também se organiza de forma mais eficiente, capaz de canalizar agilmente suas reivindicações. Foram, portanto, corrigidos, conforme demonstra o Quadro 1.

Atualmente, com a comercialização da safra em andamento, repetem-se as expectativas de todos os anos. Mais uma vez, o tabelamento sobre o produto foi adotado até a véspera, ou até o início do plantio e desativado, para não turvar ainda mais a escassa transparência do mercado, que não permite ao agricultor uma visão aproximada de como se desenvolverá a comercialização. Repetidamente, quando esta se iniciava e os preços não recuavam conforme o esperado, a tabela era recuperada do arsenal de medidas anti-inflacionárias sempre adotadas.

O ano comercial 1980/81 iniciou-se com a tentativa governamental de agilizar a comercialização da safra, via interferência nos instrumentos creditícios utilizados não apenas pelos produtores, mas também, pelos segmentos da intermediação e beneficiamento (ver Agroanalysis, vol. 4, nº 7).

O detonador da intervenção governamental teria sido a elevação nos preços do arroz logo nos primeiros momentos da entrada da nova safra. À visão oficial de que o produto poderia estar sendo retido na origem, à espera de preços mais altos, contrapôs-se a interpretação dos produtores, de que os intermediários estariam exercendo firme pressão de compra. Tal comportamento teria como razões a certeza da existência de uma demanda insatisfeita pelo cereal e uma expectativa de permanência de taxas elevadas de inflação.

É, porém, no desenvolvimento dos preços neste período e na atuação das autoridades governamentais que se fundamentam as intenções quanto ao plantio da próxima safra. Evidentemente, a possibilidade de conversão dos fatores de produção normalmente utilizados na orizicultura, para uma

QUADRO 1

ARROZ: Valores Básicos de Custeio – 1979/80
Arroz Irrigado (Cr$/ha)

Produtividade (kg/ha)	Aprovados em junho 79	Reajustados	% do reajuste
2.801/3.100	9.243	9.479	2,6
3.101/3.400	9.827	10.396	5,8
3.401/3.700	10.472	11.315	8,0
3.701/4.000	11.024	12.230	10,9
4.001/4.300	11.555	13.148	13,8
4.301/4.600	12.163	14.065	15,6
mais de 4.601	12.669	14.650	15,6

OBS.: As faixas compreendidas entre 2.200 kg/ha e 2.800 kg/ha não sofreram alterações.
FONTE: CFP.

cultura da qual se aguarde maior rentabilidade e boa adaptação, também é fator relevante para a escolha do que plantar. Todavia, havendo uma expectativa de remuneração favorável para o arroz, o produtor procurará manter suas lavouras, ao invés de arriscar-se, fazendo a substituição, o que demandaria recursos adicionais.

Deste modo, intervir no mercado pode resultar em ganhos de curto prazo, ao desacelerar a escalada inflacionária mas, num espaço mais longo de tempo, os resultados poderão não ser compensadores, acarretando problemas no período seguinte de comercialização.

Uma ligeira visão do comportamento dos preços do arroz, conforme dados da Bolsa de Cereais de São Paulo, permite verificar que, no período entre novembro de 1979 e junho deste ano, os preços do arroz evoluíram 26%, em termos nominais, apresentando alternâncias, com uma elevação significativa apenas a partir de maio.

A visualização do processo evolutivo das cotações do cereal fica facilitada, ao se compararem os preços praticados no ano corrente com aqueles que vigoraram no mesmo período de 1979 (col. 2 de Conjuntura Econômica). Assim, o Quadro 2 permite observar que, em termos reais, os preços do atacado não sofreram acréscimos significativos entre uma safra e outra, ficando a média do primeiro semestre de 1980 (corrigido) apenas 5% acima da média registrada um ano antes.

Ao que parece, no que diz respeito aos preços, o orizicultor encontrará um reduzido estímulo para prosseguir com o cultivo do arroz, embora os efeitos da alteração promovida (e, logo, retificada) nos mecanismos creditícios de apoio à comercialização não tenham abatido as cotações. Até pelo contrário, o preço médio recebido pelos agricultores nos principais estados produtores iniciou, em meados de abril, uma progressiva elevação. No entanto, esta elevação se mantém, até o momento, (ver Quadro 3) porque as vendas do produ-

to, feitas pelos agricultores que possuem estoques, só estão sendo feitas sob a pressão de suas necessidades de pagamento de débitos bancários.

É preciso avaliar, então, a repercussão junto ao setor produtivo da fixação dos Valores Básicos de Custeio, para a safra 1980/81. A partir deste dado e de uma avaliação da garantia real que os preços mínimos representarão para a próxima safra, o produtor decidirá o que e quanto semeará.

Os novos VBC's não obtiveram boa receptividade junto aos produtores que empregam tecnologia mais avançada, ou seja, os produtores de arroz irrigado. Segundo eles, os novos valores não estão adequados às reais necessidades de recursos, por serem inferiores aos calculados por suas entidades representativas. No entanto, à semelhança do ocorrido na alteração promovida em 1979 nos VBC's, o arroz irrigado obteve acréscimos reais na atual composição do custeio por faixas de produtividade. O mesmo não aconteceu com o arroz de sequeiro, responsável por 9/10 da área cultivada com a gramínea no Brasil.

De acordo com o Instituto Rio-Grandense do Arroz, a maior parte das lavouras do estado necessitaria de um financiamento de pouco mais de Cr$ 28.000,00 por hectare, na faixa de propriedades de até 192 ha plantados (na tabela oficial, correspondem a Cr$ 25.800,00). Áreas de plantio superiores contarão com um financiamento de 80%, ao passo que a faixa anterior será beneficiada com 100%..

Já o cálculo da Organização das Cooperativas Brasileiras, para o mesmo caso, foi de Cr$ 28.479,27/ha. Os dois montantes situam-se 8,5% e 10,4%, respectivamente, acima do valor fixado.

O Quadro 4 arrola os novos VBC's e compara-os àqueles vigentes para a safra 1979/80.

Sabendo-se do pesado investimento já materializado na infraestrutura de produção do arroz irrigado, parece difícil que a discordância quanto ao valor e ao percentual de financiamentos para a próxima safra implique uma alteração substancial

QUADRO 2

*ARROZ: *1 Evolução Comparativa dos Preços no Atacado São Paulo – janeiro a junho de 1979 e 1980 – Cr$/60 kg*

	1979 (nominal)	1980 (nominal)	1980 (real)
janeiro	552,75*	1.240,91	683,25
fevereiro	552,75*	1.055,56	680,02
março	620,00	1.075,71	585,08
abril	620,00	1.105,71	590,35
maio	623,53	1.252,38	643,22
junho	677,69	1.300,00	652,47
Média	607,78	1.171,70	639,06

*1 arroz amarelão dos estados centrais
OBS.: jan/fev-79: produto tabelado
mar/jun-79: mercado livre.

QUADRO 3

Evolução Nominal dos Preços Médios do Arroz em Casca Recebidos pelos Produtores (Cr$/60 kg)
Estados Selecionados — janeiro a junho de 1980

Estados	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Rio Grande do Sul	718,76	696,00	577,33	594,07	611,95	625,27
Paraná	747,91	659,25	659,23	659,56	683,32	705,33
São Paulo	728,85	731,71	606,83	616,83	662,95	675,50
Minas Gerais	748,32	783,24	700,83	619,42	671,85	691,80
Goiás	713,00	630,50	552,20	528,27	609,25	640,80
Mato Grosso	584,23	537,50	470,62	433,12	499,09	537,50
Mato Grosso do Sul	600,32	633,93	515,07	520,91	544,64	577,32
Maranhão	553,61	522,50	432,35	413,00	471,96	498,65

FONTE: SIBRATER

na produção. É praticamente descartada a possibilidade de expansão de outra cultura nestas áreas e, tanto os preços praticados, quanto a suposição de um declínio das taxas inflacionárias, nos próximos meses (que não corroeriam demasiadamente o VBC, já situado não muito distante do pretendido) sugerem que o plantio irrigado do cereal não regredirá.

No caso das plantações de sequeiro, a fixação de VBC's realmente baixos terá um certo impacto, relativizado pelo fato de boa parte da produção situar-se em zonas de fronteira agrícola. Nestas regiões, o arroz é introduzido imediatamente após o desmatamento e antes da implantação da pecuária. Há que ponderar, também, a presença de grande quantidade de pequenos produtores (43% do total nacional), cultivando primordialmente para auto-consumo (no Maranhão, por exemplo, o auto-consumo supera os 30% da produção do estado, verificando-se níveis superiores a 40%, em algumas regiões). A desinformação destes agricultores e seu distanciamento do acesso ao crédito bancário, em todos os estados produtores, tornam-nos um tanto *impermeáveis* a flutuações do mercado.

Quanto à política de preço mínimo de garantia, no caso específico do arroz, os produtores beneficiaram-se mais, ao longo do tempo, dos financiamentos de custeio a ela relacionadas do que das aquisições dela decorrentes. Apenas em anos de oferta abundante do cereal este instrumento de política econômica atingiu, de fato, seu fim. O Quadro 5 extraído, em parte, da Revista de Economia Rural, vol. 16, nº 2* revela que, apenas nas safras 1964/65, 1969/70 e 1975/76, o programa de preços mínimos serviu, efetivamente, para atenuar as flutuações dos preços. Naquelas safras, as compras da CFP representaram 22,4%, 8,5% e 9,5% da produção, respectivamente.

* Avaliação das Políticas de Preço Mínimo e de Subsídio a Fertilizantes para o Caso do Arroz no Brasil — W.V. Santi, T. Barbosa, D.S. Rocha e E. Paniago, pág. 48.

A comparação entre o preço pago ao produtor e o preço mínimo de garantia mostra que, em todo o período, o produtor não necessitou socorrer-se da venda ao Estado pelo preço considerado o mínimo remunerador dos custos de produção. De fato, entre o momento em que este é divulgado e o momento em que ele poderia ser acionado em sua função de apoio ao agricultor, situam-se vários meses de erosão de seu poder de compra.

Atualmente, por exemplo, não seria possível a formação de estoques mediante o pagamento aos orizicultores de um preço mínimo que é quase a metade daquele que lhes é oferecido pela intermediação, em todos os estados. Nada indica que a comercialização da safra 1980/81, qualquer que seja o seu volume, venha destoar no que diz respeito ao emprego dos preços mínimos, das safras anteriores. O atual preço mínimo, de Cr$ 720,00, será, do mesmo modo, um remoto ponto de referência, não só devido à erosão inevitável, promovida pelo processo inflacionário, como também em razão da própria força da demanda (que talvez esteja sendo subestimada) sobre os preços, na comercialização em 1981/82.

Assim, a futura semeadura do arroz terá como pano de fundo um mercado relativamente estável, devido ao volume da atual safra, à distribuição gradual que se fez do produto importado e à intenção governamental de recompor os estoques sob seu comando, que minguaram após duas safras fracassadas. A partir deste intento do governo federal, é razoável supor que não ocorrerão exportações do cereal no corrente ano comercial. Estas seriam matematicamente possíveis (produção de 9,6 milhões de t + 560 mil estocadas — consumo total de 8,75 milhões de t = excedente de 1,41 milhão de t) dentro das avaliações hoje disponíveis a respeito do volume colhido e da demanda total pelo arroz.

A safra agora em processo de transferência dos produtores e cooperativas para a intermediação e beneficiadores também influenciará o processo

QUADRO 4

ARROZ — Valores Básicos de Custeio — (Cr$/ha) — 1980/81)

Produtividades (kg/ha)	Cr$/ha	Aumento Nominal	Aumento Real
ARROZ IRRIGADO			
até 2.800	16.000	98,00	1,7
2.801/3.400	18.800	97,1	1,3
3.401/4.000	23.100	114,9	10,4
acima de 4.001	25.800	112,7	9,2
ARROZ DE SEQUEIRO			
até 1.000	5.300	73,0	—11,2
1.001/1.600	7.000	67,2	—14,1
acima de 1.601	10.500	74,5	—10,4

FONTE: CFP.

QUADRO 5

ARROZ: Aquisições e Financiamentos pela CFP e Relação entre o Preço Pago ao Produtor e o Preço Mínimo — 1966/76

Ano	Produção (t) (1)	Aquisição (t) (2)	Financiamento (t) (3)	em % (2/1)	em % (3/1)	PPP/PM
1966	5.801.814	2.436	275,477	in	4,7	1,47
1967	6.791,990	29	319.507	in	4,7	1,59
1968	6.652.508	156	383.380	in	5,6	2,01
1969	6.394.285	4.384	549.193	in	8,6	1,60
1970	7.553.143	535.514	639.516	8,5	10,1	1,19
1971	6.593.376	13.625	422.069	0,3	8,2	1,53
1972	7.723.242	143	648.069	in	8,4	1,15
1973	7.158.935	15.511	724.967	0,2	0,1	1,28
1974	6.166.884	3.058	603.765	in	9,8	1,57
1975	7.438.044	3.115	806.824	in	10,8	1,38
1976	9.560.000	900.000	1.929.500	9,4	20,2	1,11

PPP/PM = preço pago ao produtor/preço mínimo
in = insignificante
FONTE: Revista de Economia Rural, vol. 16, nº 2.

decisório para o próximo plantio. Tanto o Sul do país, quanto os estados centrais e o Sudeste apresentaram recuperação de suas melhores produtividades e, mesmo naqueles em que ocorreu redução na área cultivada (como o Paraná, por exemplo) o resultado obtido foi suficientemente bom para recomendar a reconsideração do recuo antes efetuado (no Paraná, a área plantada passou de 473 mil ha, em 1978/79, para cerca de 400 mil ha, mas a produção evoluiu de 286,7 mil t para 640 mil t, contra um consumo estadual entre 600 e 650 mil t).

Desta feita, as quebras ocorreram no Nordeste. A CFP, que estimava a produção maranhense (82% da produção nordestina e 14% da brasileira) em 1,6 milhão de t em janeiro, reavaliou-a, recentemente, para 1,28 milhão de t. Neste estado, a irregularidade das chuvas, a precariedade das estradas vicinais e a escassez de crédito estiveram associadas, na safra 1979/80, a um novo fator de perturbação do processo cíclico da lavoura: a falta de mão-de-obra, que se está deslocando para o Pará em busca de outras atividades. Os demais estados do Nordeste sofreram perdas elevadas (Paraíba e Rio Grande do Norte, p. ex. tiveram suas safras reavaliadas, de 16 mil t e 7 mil t, respectivamente, para 5 mil t e 900 t) e, embora sejam pequenos produtores, o vulto das frustrações denota a violência da estiagem sobre aquelas regiões. No entanto, a expansão pecuarista, em especial na região do Meio Norte (Maranhão e Piauí) poderá manter a orizicultura, apesar de um possível ingresso do milho, facilitado por ser o arroz uma lavoura de sequeiro, naquela área.

A região Norte teve sua produção reavaliada em mais 16%, entre janeiro e junho, alçando-se a quase 240 mil t e, lá, a tendência de crescimento dos arrozais deverá manter-se.

Assim, até o início do plantio, são as oscilações de preços e as possíveis reações governamentais diante destas mudanças que deverão determinar o crescimento, ou não, da área cultivada e do volume da colheita 1980/81, através de sua influência sobre a decisão do produtor rural.

FEIJÃO

A mais recente previsão oficial da produção nacional de feijão para o corrente ano aponta a obtenção de 2,044 milhões de t do produto, volume 10,4% inferior àquele verificado na safra 1978/79. Esta, por sua vez, colocou-se 4,6% abaixo da safra 1977/78, ano em que a disponibilidade interna do produto (produção, estoques e importações) atingiu 2,9 milhões de t, propiciando a formação de estoques de 438,2 mil t de feijão. Observe-se, portanto, que o abastecimento de feijão no ano passado só não passou por maiores dificuldades porque foi complementado por estoques remanescentes e por importações, totalizando uma oferta interna global de 2,73 milhões de t.

Assim, uma alta bastante acentuada do preço a nível de consumidor caracterizou o abastecimento do feijão nos grandes centros consumidores, a partir de 1977. Naquele ano, os preços do feijão uberabinha no mercado atacadista carioca registraram evolução acumulada de 62%, embora os preços tenham-se mantido inalterados, devido ao tabelamento, no período de março a setembro. Em 1978, a alta registrada foi de 77%.

Enquanto, nos últimos anos, os preços no varejo se caracterizaram por uma alta constante, os preços ao produtor mostraram tendência a variar fortemente, frente a leves oscilações na quantidade ofertada. Este comportamento é ilustrado com o ocorrido na safra 1977/78, quando, para um aumento de apenas 2,7% na produção interna, em relação à temporada anterior, os preços a nível de produtor sofreram compressão real da ordem de 24,3%. Além disso, a forte discrepância entre os preços recebidos pelo produtor e os valores pagos pelo consumidor reflete as deficiências, até agora inarredáveis, do sistema de comercialização, comprometendo as tentativas de aprimoramento do sistema de produção da cultura feijoeira. Conseqüentemente, a mesma situação repete-se anualmente, tornando a oferta nacional do produto um problema crônico e bastante delicado, uma vez que tem obrigado a constantes importações. Daí os contrastes, tais como o observado no ano-safra 1979/80, quando, a despeito de terem sido colhidos cerca de 4,7 milhões de hectares de feijão, estão sendo importadas, num primeiro lote, cerca de 40 mil t de feijão preto, num custo aproximado de US$ 25 milhões. De fato, mesmo se o rendimento médio nacional da safra 1979/80 tivesse sido semelhante à média dos três últimos anos (540 kg/ha), teriam sido obtidas, neste ano-safra, cerca de 2,526 milhões de t de feijão, que seriam um recorde para os sete últimos anos.

A análise de um período maior de tempo permite verificar o comportamento da produção da leguminosa, no Brasil. Assim, entre 1940 e 1970, a produção média de feijão expandiu-se em 107,7%, devido exclusivamente à expansão da área de plantio (136%), uma vez que a produtividade média nacional experimentou, neste mesmo período, uma retração da ordem de 13,4%. O fato de que, no período mencionado, a produção tenha dobrado, não deve obscurecer a questão mais importante, isto é, a queda do rendimento médio por hectare, evidência de um retrocesso tecnológico da cultura.

O reflexo maior desse retrocesso do sistema produtivo tem incidido no plano social, já que a oferta interna da leguminosa não tem acompanhado o crescimento vegetativo da população. Com efeito, a produção ***per capita,*** que era de 21,6 kg em 1947, caiu para 19,1 kg em 1979*. A conclusão óbvia é que o consumo de feijão vem sendo bastante reprimido, cedendo lugar a outros produtos na dieta alimentar do povo brasileiro.

Na verdade, também em função das quebras constantes da produção, ocorreu uma gradativa substituição do cultivo do feijão por outros pro-

*** Provavelmente, esta redução na disponibilidade per capita é muito superior, pelo simples fato de que, em 1947, as deficiências estatísticas eram maiores e muitas das famílias que produziam feijão para auto-consumo passaram a consumidoras do produto, radicadas que estão nas grandes cidades.**

dutos, que se estariam beneficiando do fato de, durante a década de 70, a área colhida com a leguminosa ter decrescido a uma taxa média de 0,34% a.a. e de o seu rendimento médio ter passado dos 647 kg/ha observados na década de 60 para 573 kg/ha na década seguinte.

Paralelamente, o mercado do feijão, durante os últimos dez anos, vem-se caracterizando por uma forte instabilidade das remunerações ao produtor, refletindo as deficiências que imperam em sua estrutura de produção.

Deste modo, fica evidente que, durante a década de 70, as alterações observadas no quadro agrícola nacional acarretaram uma marginalização mais acentuada da cultura feijoeira em relação às suas concorrentes, com destaque para o milho e a soja. No caso, o cereal estaria sendo visado especificamente como possível substituto, num futuro próximo, para o trigo, nos hábitos alimentares nacionais. Se, de acordo com o Censo Agropecuário de 1970, mais de 70% da área plantada com feijão, no país, era consorciada com milho, é provável que, hoje, tal situação tenha-se alterado em detrimento da leguminosa, passando a acentuar sua característica de cultura de importância secundária dentro das pequenas propriedades. Esta situação poderá agravar-se, à medida que os preços relativos dos seus substitutos em potencial passarem a apresentar uma desvantagem crescente para o feijão.

Interessante análise da evolução do custo da dieta mínima de calorias e proteínas foi elaborada para a cidade de São Paulo, compreendendo o período 1939/76*. Um dos resultados observados foi que os acréscimos percentuais dos preços das unidades de calorias e de proteínas do feijão, no período, foram, respectivamente, de 848% e de 796% (ver Quadro 1), superando as evoluções observadas em todos os outros produtos constantes do estudo (arroz, carne bovina, leite *in natura*, pão e açúcar), sendo que os aumentos para o arroz situaram-se, em ambos os casos, em 275%. Embora 1976 tenha sido ano atípico para a cultura do feijão, não se pode contestar a validade desta análise, uma vez que compreende espaço de tempo bastante longo.

Uma comparação dos preços pagos, pelos consumidores paulistanos, pelo arroz, feijão e macarrão no comércio varejista durante os últi-

* Ver *Evolução do Padrão de Consumo Alimentar da População da Cidade de São Paulo*, de Edgard Gutierrez Alves e José Luiz Teixeira Vieira, Revista Pesq. Planej. Econ., dez. 1978.

QUADRO 1

SÃO PAULO: Acréscimos Percentuais de Preços de 1.000 Calorias e da Grama de Proteína, por tipo de Produto, para o Município de São Paulo — 1939/76

Elemento Nutricional	Arroz	Feijão	Carne Bovina	Leite *in natura*	Pão	Açúcar	Média
Caloria (1.000)	274,932	847,966	825,488	192,086	645,073	233,347	515,716
Proteína (1 g)	275,264	796,278	794,278	104,023	584,770	—	580,471

FONTE: Revista Pesquisa e Planejamento Econômico — dezembro, 1978

mos dez anos, deixa claro que a desvantagem observada entre o preço do feijão e os do arroz e das massas se acentuou fortemente no período (ver Quadro 2). Excluindo-se o ano de 1972 (quando, devido ao recorde nacional de produção do feijão, seu preço foi 4,7% inferior ao do arroz), durante os outros anos da década, o quilograma do cereal manteve seu preço inferior ao da leguminosa.

Paralelamente, observa-se que, do início de 1974 até abril de 1980, o preço do macarrão, no varejo, sofreu uma depreciação real acumulada de 49,7%, enquanto o do feijão elevou-se em 63,5% e o do arroz experimentou aumento acumulado de 20,9%. Por fim, como indicador bastante preciso de como o preço do feijão vem atingindo patamares bastante elevados frente ao poder de compra da população, tem-se que, de 1970 a 1977, enquanto o aumento cumulativo real da renda nacional ***per capita*** foi de 48%, o do preço do feijão no varejo, foi de 190,6% em São Paulo (SP). O preço do arroz, no mesmo período, apresentou um incremento de 11,1%, naquela cidade.

As altas continuadas do preço do feijão que vêm, há tempos, deformando sua característica tradicional de produto de largo consumo popular, acarretando sua substituição por outros gêneros alimentícios, devem ser consideradas como da maior importância. A possibilidade da continuação desta desvantagem relativa do feijão, como produto de abastecimento interno, faz prever que sua produção tenderá a reduzir-se ainda mais, caso não sejam tomadas providências em tempo hábil.

A intensificação da pesquisa fitogenética do feijoeiro e da produção de sementes melhoradas, fatores diretamente responsáveis pelo aumento da produtividade da planta, seriam as principais metas a serem visadas numa primeira tentativa de melhoria da situação da lavoura feijoeira nacional.

A contraposição das metas para 1975/79 do Plano Nacional de Sementes (PLANASEM) para o feijoeiro àquelas constantes do recém-lançado Programa Nacional para Incremento da Produção e da Utilização de Sementes Melhoradas para 1980/84, ajuda a ilustrar este quadro.

Em 1974, a estimativa oficial era de que, em 1979, a taxa nacional de utilização de sementes melhoradas seria de 24,5% (significando a utilização de 59.143 t) para uma expectativa de área plantada de 5,4 milhões de hectares. No entanto, em 1979, não só a área efetivamente colhida com feijão (4,2 milhões de ha) situou-se abaixo das expectativas, como também a oferta de sementes melhoradas atingiu somente 8.060 t (embora a demanda potencial deste insumo se localizasse acima de 11 mil t).

O fato de a meta proposta pelo atual Programa de Sementes Melhoradas para 1980/84 referir-se a um volume que, segundo as previsões de 1972, já deveria ter sido suplantado em 1977 (27.649 t) demonstra que esse setor não tem merecido a atenção e o apoio governamentais necessários.

A morosidade que se vem verificando na expansão do uso de sementes melhoradas tem sido uma das causas do decréscimo da produtividade da cultura, ao longo do tempo. Contudo, deve-se levar em conta que, muitas vezes, o plantio do feijão visa, antes de mais nada, ao auto-consumo do agricultor. Tal fato prejudica — se não impede — a percepção do produtor de que o uso da semente melhorada, embora implique custos elevados*, será compensado através de um ganho na produtividade.

Além disso, deve-se levar em consideração que o agricultor responderá, antes de mais nada, a estímulos de preços recebidos. Embora não se deseje que o consumidor final seja prejudicado por aumentos sucessivos de preços do produto, é necessário que não se desincentive o produtor via tabelamento. O caso atual do feijão preto é típico de uma situação em que tanto produtor quanto consumidor se vêem prejudicados: aquele, por não receber a remuneração que considera justa para cobrir seus custos de produção e, este, por não dispor do produto, a não ser a preços extremamente elevados no mercado paralelo.

Atualmente, o problema do abastecimento de feijão assume especial gravidade, uma vez que a produção deste ano-safra ficou bastante aquém

* Segundo projeções para setembro de 1980, constantes do cálculo do VBC para o feijão da safra 1980/81, elaborado pela Organização das Cooperativas Brasileiras, o preço da semente chegará a Cr$ 3.270,00/saca de 60 kg.

Agroanalysis, 4(8):2-54, agosto/1980

QUADRO 2

*SÃO PAULO – Média Anual dos Preços no Varejo de Arroz, Feijão e Macarrão ***
*1970/abril 1980 – Valor Real * para Abril de 1980*

Ano	Arroz Cr$/kg	Δ %	Feijão Cr$/kg	Δ %	Macarrão Cr$/kg	Δ %	Feijão/Arroz	Feijão/Macarrão
1970	21,83	–	26,00	–	–	–	1,19	–
1971	25,36	16	25,68	-1,2	–	–	1,01	–
1972	28,69	13	27,34	6,5	–	–	0,95	–
1973	26,44	-8	59,44	117,4	–	–	2,25	–
1974	31,82	20	41,36	-30,4	59,82	–	1,30	0,69
1975	37,23	17	43,99	6	56,38	-5,8	1,18	0,78
1976	26,10	-30	66,56	51	45,86	-18,7	2,55	1,45
1977	21,64	-17	53,59	-19,5	43,98	-4,1	2,48	1,22
1978	24,26	12	36,22	-32,4	40,68	-7,5	1,49	0,89
1979	26,34	9	35,51	-2	37,16	-8,7	1,35	0,96
1980	29,05	10	46,03	30	35,34	-4,9	1,58	1,30

FONTE: IEA
* Deflacionado de acordo com o IGP (Col. 2 de Conjuntura Econômica) para abril de 1980
** os dados para macarrão não estão disponíveis para o período 1970/1973

da demanda estimada. Sendo assim, a implementação do programa de formação de estoques reguladores só poderá ter início no próximo ano, caso a produção consiga suplantar o volume de 2,57 milhões de t. Tal hipótese depende da expansão da área cultivada, já para a próxima safra das águas, ou de um ganho extremamente significativo no rendimento médio por hectare.

Para a concretização da hipótese de expansão da área cultivada, a condição fundamental será a vigência de preços remuneradores pelos agricultores. Sendo assim, a próxima safra das águas já poderá registrar um incremento na extensão da semeadura uma vez que, até o início do plantio, as cotações do produto deverão continuar em alta, em razão de sua pequena disponibilidade atual.

No entanto, não se deve descartar a possibilidade de redução na participação do feijão preto no total produzido, em relação àquela observada nos últimos anos (30% das duas últimas safras). Na safra 1979/80, a ocorrência de quebras de produção nas áreas tradicionalmente produtoras desse tipo, aliada ao desincentivo ocasionado pelo tabelamento instituído em janeiro, fez com que a sua participação caísse para 25%. Esta diminuição do percentual representado pelo feijão preto poderá agravar-se, pois as atuais importações,que visam a manter suas cotações sob controle, influenciarão negativamente o seu plantio na próxima safra das águas.

Numa tentativa de resolver parte dos problemas crônicos da cultura feijoeira, o governo tem lançado mão de medidas de emergência, buscando estimular o plantio com vistas a, pelo menos, evitar a retração da área de plantio.

Para a próxima safra das águas, foram estipulados Valores Básicos de Custeio e novo preço mínimo, que devem ser analisados cuidadosamente, uma vez que são os instrumentos de política agrícola que mais influenciam as intenções de plantio dos agricultores.

Comparando-se os preços mínimos para as três últimas safras e os preços médios recebidos pelos produtores paranaenses, nos seis meses que antecederam a divulgação dos novos valores (ver Quadro 3) constata-se que o atual preço mínimo de garantia se situa dentro do parâmetro empregado como o de maior reajuste relativo. Por outro lado, fa-

QUADRO 3

PARANÁ: Preços Mínimos de Garantia e Preços Médios Nominais Recebidos pelos Produtores — Cr$/60 kg

Safra	Preço Mínimo (A)	Preço Recebido pelos Produtores (B)	A/B
78/79	369,00	297,00(1)	1,24
79/80*	612,00	457,10(2)	1,34
79/80*	900,00	670,00(3)	1,34
80/81	1.800,00	1.233,00(4)	1,46

FONTE: SEAG/DERAL — Paraná

* Para a safra 79/80, foram aprovados dois preços mínimos: o de Cr$ 612,00 vigorou de agosto de 79 a janeiro de 80, e o de Cr$ 900,00, de janeiro de 80 a julho de 80

(1) Média fevereiro/julho 78

(2) Média fevereiro/julho 79

(3) Média julho/dezembro 79

(4) Média janeiro/junho 80

zendo-se a comparação do preço mínimo com o preço recebido pelo produtor paranaense no mês imediatamente anterior ao da sua divulgação e no último mês de sua vigência, o reajuste relativo estabelecido para a safra 1980/81 indica que haverá uma corrosão. Isto porque a grande quebra de produção verificada tem proporcionado um aumento de preços a nível do produtor, o que contribuirá para defasar rapidamente o preço mínimo recém definido, hoje considerado remunerador (ver Quadro 4).

Quanto aos novos VBC's, os reajustes concedidos não só foram superiores à inflação anual, mas também o nível mais elevado dentre aqueles relativos às culturas de abastecimento interno. A diferença dos valores propostos pela Organização das Cooperativas Brasileiras que, no ano passado, foi de 25%, caiu, este ano, para 16%.

No cálculo dos VBC's, a criação de mais duas faixas de produtividade e seus níveis de crédito mais realistas poderão induzir os agricultores a perseguirem com mais afinco uma produtividade maior. Isto porque, na safra das águas 1979/80, as faixas eram em número de três e o limite superior da primeira faixa (900 kg/ha) situava-se muito acima da média nacional, enquanto que, este ano, foram estabelecidas cinco faixas mais de acordo com os rendimentos médios nacionais.

Admitindo-se a possibilidade de que os preços do feijão ao produtor mantenham-se em ascensão constante até a entrada da safra das águas 1980/81, é provável que se venha a observar, no

QUADRO 4

FEIJÃO – Comparação entre Preços Mínimos e Preços Recebidos pelos Produtores no Paraná

Preço Mínimo Safra 78/79: Cr$ 369,00 (A)
Preço Recebido pelo Produtor em julho/78: Cr$ 346,00 (B)
A/B: 1,07
Preço Recebido pelo Produtor em julho/79: Cr$ 560,50 (C)
A/C: 0,66

Preço Mínimo Safra 79/80*: Cr$ 612,00 (A)
Preço Recebido pelo Produtor em julho/79: 560,50 (B)
A/B: 1,09
Preço Recebido pelo Produtor em dezembro/79: Cr$ 699,00 (C)
A/C: 0,88

Preço Mínimo Safra 79/80**: Cr$ 900,00 (A)
Preço Recebido pelo Produtor em dezembro/79: Cr$ 699,00 (B)
A/B: 1,29
Preço Recebido pelo Produtor em julho/79: Cr$ 1.700,00 (C)
A/C: 0,64

Preço Mínimo Safra 80/81: Cr$ 1.800,00 (A)
Preço Recebido pelo Produtor em junho/80: Cr$ 1.700,00 (B)
A/B: 1,06

* Preço mínimo aprovado para a safra das águas 79/80
** Preço mínimo aprovado para a safra da seca de 1980
FONTE: SEAG/DERAL – Paraná

QUADRO 5

SÃO PAULO: Relação entre os Preços Mínimos e os Preços ao Nível do Produtor – 1952/75

Ano	Arroz	Feijão	Milho	Algodão	Soja
1952	1,08	0,58	0,66	0,99	0,52
1953	0,60	0,39	0,61	1,01	0,81
1954	0,83	0,75	0,91	–	0,90
1955	0,97	0,31	0,50	–	0,76
1956	0,88	0,34	0,59	–	0,67
1957	0,93	0,49	0,67	0,85	0,58
1958	0,90	0,83	0,69	0,88	0,63
1959	0,91	0,27	0,55	0,85	0,58
1960	0,98	0,30	0,83	0,67	0,44
1961	1,20	0,65	0,56	0,67	0,56
1962	0,56	0,28	0,55	0,81	0,52
1963	0,76	0,81	1,14	0,88	0,46
1964	1,05	0,77	0,64	0,62	0,44
1965	1,32	0,84	0,98	0,81	0,83
1966	0,68	0,39	1,03	0,80	–
1967	0,63	–	–	–	–
1968	0,50	0,65	0,83	0,86	0,47
1969	0,63	0,32	0,68	0,86	0,49
1970	0,84	0,53	0,82	0,92	0,54
1971	0,65	0,54	0,77	0,74	0,53
1972	0,87	0,63	0,81	0,85	0,68
1973	0,56	0,27	0,66	0,70	0,40
1974	0,50	0,52	0,91	0,97	0,49
1975	0,50	0,45		0,97	0,74

FONTE: Setor Agrícola do Brasil – Comportamento Econômico, Problemas e Possibilidades; Secretaria da Agricultura (São Paulo) – 1973 Quadro III – 11.

Dados até 1972: Compilados por OLIVEIRA, João C. in *Observações sobre a Política dos Preços Mínimos* – op. cit. pág. 93

Obs.: 1) A relação para os anos 1973, 1974 e 1975 é calculada com base nos preços mínimos para os tipos básicos vigentes nos respectivos anos no estado de São Paulo, dividido pelo preço médio anual pago aos produtores no estado segundo dados do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo. A fonte dos dados 1973/1975 é o Centro de Informações da CFP

2) Os dados de preços de mercado para o período 1952/1972 referem-se a preços médios recebidos pelos produtores no estado de São Paulo, enquanto os dados de preços mínimos são a média nacional de tipos e classes por produto. Até 1967 esta média deve seguramente se situar acima dos preços mínimos efetivamente percebidos, porquanto nesse período descontavam-se algumas despesas de comercialização do produtor. De 1973 a 1975, os preços mínimos e de mercado são específicos para São Paulo e referem-se aos tipos e classes básicos.

Centro-Sul do país, uma determinação de, pelo menos, manter-se a área cultivada com a leguminosa, a despeito das perdas observadas na safra 1979/80. Isoladamente. observam-se, mesmo em certas áreas produtoras tradicionais de feijão da região Sul, intenções de aumento da área plantada que se aproximam de uma expansão de 10%.

Já o agricultor nordestino, em função das perdas recentemente observadas na sua lavoura de feijão, certamente irá encarar com reservas a possibilidade de aumentar a área cultivada com esse produto para a próxima safra, visto que o ingrato clima daquela região, associado à fragilidade do feijoeiro, poderá prejudicar o bom desempenho de sua lavoura. A não ser que ocorra nova frustração da safra das águas do Sul do país, acarretando ascensão dos preços da variedade de feijão anão cultivada no Nordeste (o *mulatinho*) é possível que a área de plantio da leguminosa nos estados nordestinos não chegue a registrar diferença significativa frente à verificada em 1979/80.

No caso de Irecê, isoladamente, qualquer previsão de safra deverá ser independente de uma possível média prevista para o Nordeste, pois se trata de região não apenas em que a produção possui características distintas, como também as condições edafo-climáticas são mais favoráveis. Assim, pode-se esperar um aumento na extensão da semeadura, na próxima safra, cabendo observar que a safra de Irecê é quase totalmente composta por feijão mulatinho e representa perto de 80% de toda a safra das águas da Bahia. A demanda por este produto, por parte dos outros estados nordestinos, que só possuem uma safra de feijão (posterior à de Irecê) costuma ser elevada. Tais fatores deverão agir como mais um incentivador para que se incremente o plantio naquela região, em relação ao verificado na safra passada.

Para o país como um todo, é de se esperar que a área de plantio com feijão na safra 1980/81, mantenha-se em nível próximo àquele da média dos últimos anos, ou seja, algo em torno de 4,1 a 4,5 milhões de hectares. Caso o rendimento nacional médio da lavoura repita a tendência à obtenção de cerca de 550 kg/ha, como se vem observando nos últimos dez anos, a produção nacional de feijão, na próxima safra, não conseguirá atender ao consumo esperado, do que decorrerão novas dificuldades de abastecimento.

Atualmente, estão sendo colhidos os frutos da política seguida nos últimos anos, quando as culturas de abastecimento interno não foram tão beneficiadas pelos incentivos governamentais quanto as culturas de exportação. Este fato pode ser ilustrado com a relação dos preços mínimos com os preços de mercado em São Paulo, a nível do produtor. No período 1952/75, a média dessa relação, no caso do feijão, foi de 0,52, a mais baixa (ver Quadro 5) dentre os produtos agrícolas de maior importância.

O saldo final da safra passada de feijão reflete o acúmulo de erros da política agrícola adotada para a leguminosa: uma das maiores áreas colhidas dos últimos anos não foi suficiente para evitar que a produção obtida fosse a menor desde 1977, uma vez que o rendimento médio nacional poderá confirmar-se como o mais baixo das últimas quatro décadas.

Enquanto não forem fornecidos à lavoura feijoeira instrumentos que lhe possibilitem uma recuperação qualitativa, as crises de produção e de abastecimento irão repetir-se, num círculo vicioso que tenderá a agravar a atual precariedade desta exploração.

MILHO

O primeiro semestre de 1980 registra um processo de auge e declínio do otimismo com relação à safra de milho. Nos primeiros meses do ano, as perspectivas de um comportamento inusitado do setor produtivo, foram coroadas com a estimativa de safra do mês de março, cujo limite superior, segundo a CFP, poderia superar a marca de 21 milhões de t. Do lado do consumo, a postura era, ao contrário, de cautela, prejetando-se, sobre as 17,7 milhões de t consumidas no período comercial abril/78-março/79, um crescimento de apenas 6,2%. Nesse *interim*, engatilhava-se a exportação de cerca de 1 milhão de t, enquanto se previa que os silos e armazéns do país abrigariam consideráveis quantidades do cereal, recompondo os estoques oficiais e afastando o fantasma da escassez. A safra entrante, por seu lado, arrefeceria os preços de mercado, contribuindo para reduzir a taxa de inflação.

No entanto, o desenrolar dos fatos encarregou-se de reduzir às suas verdadeiras proporções a esperada ***super safra***. Na verdade, os números finais da safra de milho do ano agrícola 1979/80 deverão se situar entre 18,5 e 20,2 milhões de t (o último número é o ponto médio da estimativa mais recente da CFP). Sendo assim, a produção total da safra atual poderá superar o recorde obtido em 1976/77, mas não bastará para caracterizar um período de abundância, que o conceito de super safra pressupõe, pois, o suprimento interno de milho dependerá de novos recursos ao mercado internacional, onde as compras brasileiras poderão até mesmo exceder um volume de 1,2 milhão de t.

É preciso uma análise mais detalhada do consumo

A crença na abundância, acalentada por um largo período, colocou fora do centro das discussões e ponderações os aspectos relativos ao comportamento da demanda, transformada, agora, no elemento principal da crise de abastecimento que o país volta a enfrentar, em 1980. Como num passe de mágica, reavaliaram-se, em menos de dois meses, os cálculos do consumo que, ao invés de 6,2%, deverá registrar um incremento de 16% (!) em relação à temporada anterior. Desse quadro, depreende-se a necessidade de uma análise mais acurada da demanda pelo cereal.

As expressivas frustrações de safras verificadas em 1978 e 1979, induziram a uma subestimação do consumo de milho no país. Apesar das importações realizadas pelo Brasil, é inegável que as dificuldades enfrentadas (de disponibilidade, de preços, etc.) pelos segmentos consumidores agiram como elemento moderador da expansão da atividade, nos moldes pretendidos pelos avicultores, suinocultores e industriais. Por outro lado, a existência de um mercado de carne bovina em um quadrante cíclico de alta, desde 1978, representou um forte estímulo à produção de pequenos e médios animais. Nesse período, verificou-se uma singular ampliação da capacidade produtiva desses setores, cujos investimentos (via de regra a juros subsidiados) romperam as barreiras do estado de São Paulo (onde, apesar de tudo, a avicultura ainda se concentra), rumando para as regiões produtoras de matérias-primas (milho, principalmente), no Paraná, em Minas Gerais, em Goiás etc. Paralelamente, tais atividades também se expandiram nos estados mais ao sul do país e na região Nordeste. Dessa forma, os estados nitidamente exportadores de milho (PR, MG e GO) têm apresentado um crescimento no consumo superior ao verificado na produção, estreitando o excedente normalmente destinado aos estados importadores líquidos.

Deve-se ressaltar que boa parte dos investimentos que redundaram em ampliação da capacidade produtiva somente entraram em funcionamento a partir de meados de 1979 e 1980. Assim, pode-se constatar a existência de uma demanda que permaneceu reprimida nas últimas temporadas, e que responde pelas dificuldades atuais do abastecimento de milho. Segundo estimativas preliminares, o consumo de rações pela avicultura de corte apresentou um crescimento de 21% no pri-

meiro semestre de 1980, em relação a idêntico período do ano passado. A avicultura em geral, expandiu sua demanda em 16%. Tal número é bastante significativo, pois engloba um apreciável crescimento da avicultura de postura, atividade que se manteve praticamente estagnada de 1975 a 1978.

A criação de suínos é outra atividade que está pressionando sensivelmente a demanda por milho e rações. Nessa perspectiva, muito embora ainda predominem as explorações com baixo padrão tecnológico, percebe-se uma mudança gradual no setor, com o estabelecimento de uma suinocultura tecnificada e embasada em padrão racial mais evoluído. Assim, são inúmeros os projetos instalados em um curto espaço de tempo que, à semelhança da avicultura, vêm adotando a estratégia de promover a integração vertical da atividade. Após a estagnação dos abates e da produção verificados em 1979, a suinocultura nacional vem denotando um novo fôlego: estima-se que a demanda conjunta por rações e concentrados proteínicos esteja crescendo a um ritmo de 22%, relativamente à situação vigente em 1979.

As indústrias de processamento de milho para a produção de óleo, farinhas, etc., poderão responder, face às necessidades de matéria-prima para esmagamento e recomposição de estoques, por um expressivo crescimento na demanda pelo cereal. Estima-se que tais segmentos registrem, na temporada atual, um avanço de 12% em relação às 2,2 milhões de t consumidas no ano comercial que se encerrou em março próximo passado. Deve-se ter em mente que tal estimativa não leva em conta uma mudança radical nos preços relativos entre as farinhas de trigo e de milho; ou seja, a expansão prevista para a indústria de moagem não inclui o acréscimo na demanda por milho que decorreria da eliminação do subsídio ao consumo de trigo. Com a hipótese de eliminação desse subsídio, já se percebe entre as indústrias de derivados de milho a preocupação de promover a importação de equipamentos (principalmente para a produção de farinha desengordurada). Além disso, muitas empresas estão tratando de modernizar e ampliar a sua capacidade de produção, devido à possibilidade concreta de crescimento desse mercado de produtos alimentícios derivados do milho, nos próximos anos.

Balanço oferta & demanda

Em síntese, o panorama traçado nos parágrafos anteriores dá conta de uma forte demanda por milho na temporada atual. Evidentemente, a adoção de uma estratégia favorecedora da destinação de farinha de milho para a mistura à de trigo no processo de panificação, resultaria em uma instabilidade ainda maior do mercado de milho. Pois, face à situação de aperto do abastecimento interno, qualquer quantidade de milho destinada à panificação exigiria novas aquisições no mercado externo. A título de ilustração, a substituição de 25% do trigo por milho (na farinha panificável) representaria uma demanda adicional de 2,0 milhão de t de milho. Embora desejável, tal substituição deverá ser promovida ao longo do tempo, pois somente seria viabilizada a partir de uma significativa ampliação das safras futuras de milho.

Novos dados, portanto, devem ser lançados à discussão, face à premência de uma visão globalizante, tanto na oferta como na demanda por grãos forrageiros destinados ao arraçoamento animal. Segundo informações preliminares, a indústria nacional de rações teria se utilizado, em 1979, de um volume de aproximadamente 500 mil t de farinha de trigo, que foram desviadas do consumo humano para a alimentação animal. Por outro lado, estima-se que entre 400 mil e 500 mil t da safra de trigo do Rio Grande do Sul e do Paraná, cujo peso hectolítrico não atingiu o limite de compra adotado pelo Banco do Brasil (o triguilho) foram destinadas à indústria de rações e/ou ao consumo animal, a nível de propriedade rural. Dessa forma, a exígua colheita de milho obtida no ano passado teria sido fortemente complementada pela oferta de trigo (grão ou farinha), viabilizando o crescimento alcançado pela indústria de rações e pela produção de animais de pequeno e médio portes.

Em 1980, tais setores dificilmente poderão contar com uma complementação nos níveis verificados anteriormente. Em primeiro lugar, pe-

lo maior controle e severidade com que o governo vem tratando a produção e o consumo de farinha de trigo, criando obstáculos efetivos ao desvio do produto para a formulação de rações. Em seguida, porque não se tem clareza quanto à produção de trigo, cujo plantio ora se desenvolve nas principais regiões produtoras do sul do país. Qualquer previsão quanto à oferta de triguilho soa ainda mais prematura. É possível, contudo, que um outro produto concorra para expandir o abastecimento à indústria de rações. Trata-se da produção de sorgo, para a qual estima-se, atualmente, uma colheita, na safra 1979/80, da ordem de 400-450 mil t, contra a precária colheita de apenas 100 mil t, no ano agrícola 1978/79.

A comparação com a situação experimentada no ano passado permite concluir que, na temporada em curso, as atividades de arraçoamento animal deverão respaldar-se em um maior grau, no suprimento interno de milho. Em 1980, pode-se estimar que a não utilização de produtos tritícolas na formulação de rações representará uma subtração de quase 900 mil t (equivalentes em milho) do fluxo de oferta da matéria-prima utilizada nessa finalidade de alimentação animal. Essa quantidade terá que ser, forçosamente, coberta pelo incremento do uso do milho ou de outros sucedâneos.

No entanto, a oferta atual de milho (levando-se também em consideração a quebra da safra do Nordeste) é insuficiente para fazer frente às necessidades previstas para o país. O recurso à importação foi, novamente, a válvula de escape para aliviar a pressão sobre a oferta interna. Até o momento, o país já adquiriu cerca de 700 mil t do produto aos EUA, numa evasão de divisas de aproximadamente US$ 120 milhões. Contudo, não se descarta a hipótese de que o nível de compras do país venha a superar 1,2 milhão de t. Além das importações diretamente autorizadas pelo governo federal, a iniciativa privada poderá importar diretamente dos países membros da ALALC pois, recentemente, foram reduzidas a zero as alíquotas do Imposto de Importação para aquisição de milho e sorgo.

Brasil: importar sempre?

As considerações colocadas anteriormente revelam um descompasso entre a produção e a oferta de milho, no Brasil. Até que ponto poder-se-ia pensar numa reversão da tendência manifestada nos últimos anos, em que o país vem sendo forçado a recorrer ao mercado externo para equilibrar o abastecimento interno? A estagnação estrutural da pecuária bovina, no seu movimento cíclico de picos e vales, acabou por abrir espaço à produção de carnes de aves e suínos, cuja oferta conjunta, em 1980, certamente será maior do que a de carne bovina. Essa trajetória da produção de carnes alternativas, iniciada no decurso dos anos 70, pode ser entendida como um processo de substituição da carne bovina nos hábitos alimentares da população. As taxas elevadas de ampliação desses segmentos vêm pressionando sobremaneira a produção de grãos forrageiros, resultando na crônica escassez dos últimos anos.

Partindo-se do nível de consumo da presente temporada (abril/80-março/81), estimado entre 20,0 milhões e 20,5 milhões de t, o objetivo imediato é o de tentar prever a demanda potencial que se poderia esperar para o período comercial vindouro. O ano de 1981 deverá constituir-se no início da reversão da atual fase de alta dos preços da carne bovina. Evidentemente, a produção de carnes substitutas deverá ser afetada, reduzindo o seu ímpeto de crescimento. Suponha-se, à guisa de exercício, que a taxa de crescimento da avicultura (20% nos últimos anos) decresça para cerca de 12% (no último período de baixa dos preços no mercado de bovinos, 1975/77, a avicultura de corte continuou evoluindo a uma taxa de 14% ao ano). Por outro lado, considere-se a possibilidade de que a suinocultura, face à ampliação do rebanho verificada atualmente, cresça em aproximadamente 15%. Para os demais segmentos demandadores de milho, pode-se prever uma expansão

ao ritmo da presente temporada, 12%. Somando-se as reservas para sementes e a quantidade do produto que não entra no circuito comercial (auto-consumo) chega-se a uma demanda por milho entre 22,5 e 23,0 milhões de t.

Em termos gerais, essa seria a quantidade demandada ao longo de todo o período de comercialização. Na verdade, como existe um espaço de tempo entre produção e consumo, além do tempo requerido para a colocação do produto nos locais de consumo, mesmo com uma produção desse nível o país teria que promover alguma importação para evitar interrupções no abastecimento. A situação adquirirá contornos ainda mais graves, caso a estratégia governamental persiga efetivamente, o objetivo de substituir por milho cerca de 25% da farinha de trigo em uso na panificação. Além disso, se o governo resolver munir-se de mecanismos efetivos de controle dos preços de mercado do milho, mediante a formação de estoques do produto, cujo montante seria de pelo menos 1 milhão de t, a demanda total para o produto poderá atingir de 25,5 a 26,0 milhões de t. Haveria condições de o setor produtivo atender a uma demanda dessa ordem?

Uma análise histórica da produção de milho desaconselha uma postura excessivamente otimista, no que tange à expansão da área semeada com o cereal, uma vez que, entre 1970 e 1979, a taxa de crescimento da área de milho foi de apenas 1,5%. E isso, a despeito de um aumento (em termos reais) de aproximadamente 60% nos preços recebidos pelos produtores da região Centro-Sul, no mesmo período. A elevação desses preços foi mais intensa até os anos 1973 e 74, estabilizando-se, a seguir, até 1977, para, então, voltar a entrar em nova escalada, devido às reduzidas colheitas obtidas nos dois anos seguintes.

Não obstante as limitações registradas no passado com relação à expansão de área em maior escala, a safra 1979/80, segundo as estatísticas da CFP, revelou um crescimento de 6,2% na área total de milho cultivada no país; na região Centro-Sul, o aumento foi de 4,1%, enquanto a área do Nordeste alcançou 2,41 milhões de ha, superior em 12,4% ao plantio da temporada anterior. Esse maior plantio, deveu-se, em boa parte, à atratividade dos preços praticados durante todo o decorrer de 1979 (ver Gráfico 1). Os níveis de preços vigentes naquele ano foram inusitados, revelando um aumento real de 8,6% sobre a média de 1978 (ano em que os preços, efetivamente, explodiram, apresentando um incremento real de 35%, entre janeiro e dezembro).

O ***Prognóstico da Safra 1979/80***, publicado em Agroanalysis, vol. 3, nºs 7-8, em setembro de 1979, traçou, exaustivamente, os contornos da estrutura de produção de milho no Brasil, nos seus variados aspectos. O referido estudo alinhavou as inúmeras dificuldades para uma maior extensão dos campos de cultivo do milho além dos limites de taxas razoáveis de crescimento da área. Tal posição era mantida mesmo com a instituição do ***pacote agrícola***, conjunto de medidas de política agrícola que visavam ao aumento da produção. Àquela época, ressaltava-se a extrema importância dos preços de mercado para a definição da intenção de plantio dos agricultores. Por outro lado, a situação do período sugeria que a gradativa diminuição da cobertura institucional do crédito de custeio (a relação VBC/custo de produção) verificada paralelamente ao decréscimo da produtividade, aliada à escassez de capital de giro (os produtores vinham de uma quebra de safra) poderia obstaculizar, de forma decisiva, o aumento da produção.

Na verdade, os níveis elevados dos preços internos, no entanto, parecem ter sido o elemento determinante da produção. Tal raciocínio ganha destaque quando se considera a expressiva elevação dos custos operacionais, após a fixação dos VBC's. Essa elevação ocorreu em resposta aos movimentos experimentados nos preços dos insumos (fertilizantes, defensivos, etc.), da mão-de-obra, de combustíveis e lubrificantes, entre outros. Por exemplo, as estimativas do Deral, da Secretaria de Agricultura do estado do Paraná, revelam que o custo operacional ***efetivo*** de produção na safra 1979/80, na faixa de produtividade de 2.700 kg/ha, foi superior em aproximadamente 1/3 à sua projeção inicial (realizada antes do plantio, em meados do ano passado). Tal situação significa que a cobertura institucional do crédito de custeio foi bastante inferior ao que a princípio se esperava.

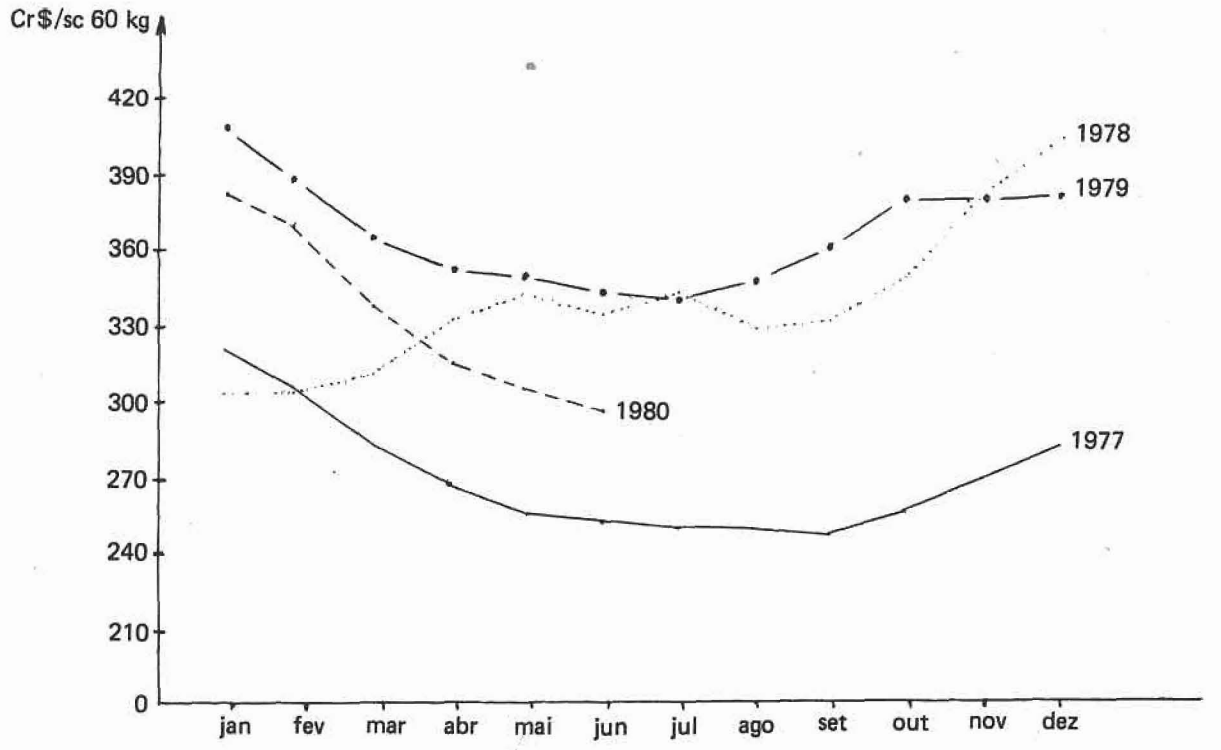
Para o próximo plantio, as variáveis que conformam a intenção de semeadura dos produtores se revestem de novas roupagens. À fixação dos VBC's seguiu-se a expectativa com relação ao preço mí-

nimo de aquisição. Num curto espaço de tempo, os preços praticados no mercado atacadista (primeiramente) e os recebidos pelos produtores, ganharam forte impulso, com o desvanecimento do mito da ***super safra***. No entanto, conforme demonstra o Gráfico 1, os preços atuais mostram uma sensível redução, em termos reais, em relação aos valores registrados em 1978 e 1979. No entanto, deverá repetir-se, este ano, a tendência altista que caracteriza o segundo semestre, embora a desova interna de volumes adquiridos no exterior possa ocasionar mais reflexos negativos para os produtores. Mas as dificuldades encontradas no controle da inflação, somadas à avidez dos segmentos consumidores da matéria-prima, certamente aumentarão ainda mais os já atrativos preços de mercado.

No que se refere ao preço mínimo, a sua recente fixação em Cr$ 474,00/sc 60 kg, foi bem recebida entre os produtores. Com efeito,o preço de referência atual representa, efetivamente, uma elevação, em termos reais, sobre os níveis adotados

GRÁFICO 1

Região Centro-Sul[1]: Evolução Mensal dos Preços Reais[2] Recebidos pelos Produtores de Milho (em Cr$/sc 60 kg, Corrigidos para Junho de 1980)



1 Compreende as médias dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás
2 Corrigidos pelo IGP — Col. 2 de Conjuntura Econômica
FONTE: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV

para as safras anteriores. O preço mínimo vigente para a safra 1979/80 (Cr$ 185,40/sc 60 kg) acha-se, a esta altura, extremamente defasado em relação às cotações atuais do mercado. Este é um dos fatores que explicam o volume extremamente baixo de EGF's, contratados até 31/5/80. Na presente safra, esse volume perfaz algo em torno de 1/4 do montante em EGF da safra passada, em idêntico período. Muito embora o preço mínimo recentemente fixado esteja bem próximo dos atuais preços de mercado (daí a sua boa receptividade), pode-se antever a sua progressiva erosão até o momento em que se tornará instrumento de efetiva valia aos produtores. Em termos concretos, o preço mínimo serve tão somente ao mecanismo de EGF, uma vez que, dada a sua defasagem, poucos são os contratos de EGF que se elevam à categoria de aquisição, AGF.

O Quadro 1 apresenta, para o maior estado produtor, o Paraná, a comparação dos VBC's com as despesas operacionais necessárias à produção, a níveis diferenciados de produtividade. Logo salta aos olhos o descompasso existente entre o

QUADRO 1

PARANÁ: Valores Básicos de Custeio, Preço Mínimo e Custo Operacional de Produção da Lavoura de Milho, Safra 1980/81

1. Produtividade (kg/ha)	1.800	2.400	2.700
2. Crédito de Custeio necessário à produção (Cr$/sc 60 kg)	272,95	267,19	246,83
3. VBC alocado à produção(1) (Cr$/sc 60 kg)	243,33 (80%)	215,00 (81%)	222,22 (90%)
4. Custo Operacional de Produção (CP) (Cr$/sc 60 kg)	377,31	386,65	398,05
5. Cobertura Institucional (VBC/CP)(em %)	64,5	55,6	55,8
6. Preço Mínimo	474,00	474,00	474,00
7. Relação PM/CP	1,25	1,23	1,19

(1) Os percentuais representam a cobertura do crédito efetivamente captado pelos produtores em relação às necessidades totais de crédito de custeio estimadas pelo Deral/PR
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Deral/PR

VBC realmente alocado à produção e o valor que o Deral estima como necessário à total cobertura do custeio. Para as diversas produtividades analisadas, a defasagem oscila de 10% a 20%. Isto significa que o crédito que os produtores irão captar junto às instituições bancárias será insuficiente para a realização das atividades básicas de custeio da produção (preparo do solo e plantio, tratos culturais e colheita). O Quadro 1 mostra, ainda, que a cobertura institucional do crédito de custeio (VBC/custo de produção) é menor para as faixas de maior produtividade, contrariamente ao ocorrido na temporada anterior (ver ***Prognóstico da Safra 1979/80***). Nesse caso, estaria subjacente o objetivo de conceder aos pequenos produtores que, eventualmente, tenham acesso ao crédito, maior folga financeira, esperando-se uma conseqüente elevação da produtividade. Os produtores mais tecnificados estariam, assim, sendo forçados a envolver na atividade produtiva uma parcela maior de recursos próprios. Tal situação poderá redundar em queda na utilização de determinados fatores de produção, como os fertilizantes, por exemplo. Estes, cujos preços das formulações praticamente dobraram desde um ano atrás, poderão ter a sua dosagem reduzida, de imediato. Além disso, não se descarta, considerando-se uma inflação acumulada em torno de 100% nos últimos doze meses, a possibilidade de parte dos produtores destinarem a uma atividade mais lucrativa uma parcela do crédito captado a juros negativos.

Conforme o referido anteriormente, o Brasil estaria na dependência de auferir uma produção de 25,5 a 26,0 milhões de t, o que representaria um salto de pelo menos 25% relativamente à colheita da safra 1979/80. Ou seja, seria premente desentranhar das áreas de produção ***um outro Paraná***, estado que respondeu por uma colheita de 5 milhões de t (2,17 milhões de ha), em 1979/80. Pensar numa expansão dessa ordem é acalentar fantasias. Poder-se-ia, então, esperar um crescimento de área plantada de 10%? A experiência do passado recente e as ponderações desenvolvidas há pouco, não justificam essa expectativa. A verdade é que a área agricultável do país não comporta uma ampliação da área de milho numa taxa dessa ordem. Primeiro, pela exigüidade e restrição dos recursos destinados ao investimento na abertura de novas fronteiras agrícolas, nos cerrados, em Minas Gerais e Goiás, principalmente. Pode-se duvidar, ainda, de que tão somente a iniciativa privada venha a arcar com tais investimentos. Segundo, porque nos estados,desde São Paulo até o extremo sul do país, a fronteira agrícola já estaria quase que totalmente tomada.

Em síntese, a expansão da área de milho, na safra 1980/81, deverá se dar em função dos seguintes fatores: 1) captação de um espaço adicional de terras novas nas zonas de fronteira; 2) penetração em áreas tradicionais de outras culturas (como a soja e o algodão), principalmente no Paraná e no Rio Grande do Sul; 3) expansão nas zonas minifundiárias de cultivo tradicional (Oeste catarinense, Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul) ; 4) em São Paulo, a cultura deverá intensificar-se nas regiões de pequena participação na produção total do estado. Pode-se esperar alguma penetração nas áreas de soja e algodão, embora exista a perspectiva de continuidade do processo de expulsão do cereal do estado, processo particularmente reforçado pela produção de álcool carburante; 5) ampliação do plantio no Norte-Nordeste, a níveis de produtividade extremamente baixos.

Dessa forma, seria verdadeiramente gratificante (e compensador) que o país viesse a auferir uma produção suficiente para atender às necessidades mais prementes, de certa forma já comprometidas. Ou seja, atender à demanda de 22,5 — 23,0 milhões de t referida anteriormente, a qual não considera qualquer alteração na atual estrutura de panificação, bem como deixa de contemplar a formação de estoques de reserva. Evidentemente, uma produção de tal ordem (crescimento em torno de 12,5% sobre as estimativas oficiais da safra 1979/80) dependerá, além da ampliação da área semeada, de uma boa performance em termos de produtividade.

Em suma, o presente texto contém muito claras evidências de que o Brasil, possivelmente, venha a se transformar em importador crônico de milho, ao longo da década de 80. A menos que medidas de política econômica consigam alterar sensivelmente, em termos estruturais, o quadro que caracteriza a produção atual.

SOJA

A safra brasileira de soja obteve um excelente desempenho em 1979/80. Condições climáticas bastante favoráveis na maior parte das regiões produtoras propiciaram uma colheita em torno de 14,9 milhões de toneladas da leguminosa. E, como a colheita norte-americana havia sido igualmente excepcional, criou-se, no mercado internacional, uma expectativa de queda nas cotações.

De fato, os preços internacionais da oleaginosa apresentaram grandes baixas ao longo dos últimos meses, conforme aponta o Quadro 1. Entretanto, isto se deve, na verdade, a uma conjugação dos chamados ***fundamentos do mercado*** com fatores extra-mercado. Assim, um excesso de oferta em relação à demanda e novas medidas de política econômica adotadas nos dois principais países produtores da oleaginosa — EUA e Brasil — vieram a afetar os preços. Tais medidas — o boicote de cereais à URSS e o Imposto de Exportação para a soja brasileira e seus derivados — contribuíram para aprofundar, em certo grau, a tendência baixista do mercado. Mas, por outro lado, os preços baixos proporcionaram um maior consumo global de soja, como indicam recentes projeções, que mostram um acréscimo de 10% no esmagamento mundial de soja em grãos. Este aumento do consumo se deve, também, ao crescimento das compras de farelo da União Soviética junto à CEE (diretamente ou através dos países do Leste Europeu). Crescimento que, por sua vez, resultou da dificuldade de obtenção de grãos forrageiros junto aos seus fornecedores tradicionais, em razão do boicote norte-americano.

Atualmente, o início do novo ciclo produtivo anual reconduz as expectativas para o desempenho da safra norte-americana, que está enfrentando problemas de estiagem e temperaturas excessivamente elevadas, na quase totalidade das regiões produtoras dos EUA. Daqui para a frente, o comportamento do clima naquelas regiões terá grande relevância na determinação das intenções de plantio no Brasil. Entretanto, outros fatores, menos aleatórios, também devem ser destacados por representarem importante papel nessa definição. Entre eles, os de maior peso são os sinalizadores oficiais de que se valem os agricultores, como o Valor Básico de Custeio e o preço mínimo de garantia, fixados pelo governo federal para a soja e seus concorrentes em área. Influenciarão, igualmente, os tradicionais indicadores do mercado: os preços da oleaginosa e de outras culturas de verão.

No caso do VBC, o valor fixado para as lavouras de soja que apresentarem uma produtividade de 1.800 kg/ha ficou cerca de 30% abaixo das necessidades apontadas pelos produtores. Entretanto, mesmo com o financiamento de apenas 80% do VBC, o montante de crédito subsidiado a ser obtido pelos produtores situa-se na média histórica de cobertura das necessidades de custeio da soja estimadas pela própria Fecotrigo, conforme demonstra o Quadro 2.

Comparando-se o volume de crédito para

QUADRO 1

Soja: Média Mensal(1) de Preços do Grão na Bolsa de Chicago — 1979 e 1980

em cents/bushel

Ano \ Mês	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago
1978/79	642	672	668	681	689	728	745	727	721	768	764	728
1979/80	704	652	638	653	636	642	603	580	601	611		

(1) Ano comercial norte-americano.
FONTE: Commodity Year Book ed. 1979
Unicom.

QUADRO 2

SOJA — Valor do Crédito de Custeio e do Custo de Produção — 1972/73-1980/81

Ano-Safra	(A) Crédito de Custeio(1) Cr$/sc 60 kg	(B) Custo de Produção(2) Cr$/sc 60 kg	A/B(%)
1972/73	18,00	35,39	51
1973/74	21,60	49,96	43
1974/75	36,00	70,93	51
1975/76	45,00	78,00	58
1976/77	57,60	108,80	53
1977/78	67,32	170,52	39
1978/79	90,00	227,30	40
1979/80	162,47(a)	313,29	52
1980/81	293,33(b)	531,92	55

(1) Até 1978/79, o cálculo foi feito com base em 60% do preço mínimo de garantia para o Rio Grande do Sul
(2) Baseado em *Custo de Produção — Lavouras em Sucessão. Trigo e Soja*. Edição: Fecotrigo
(a) VBC para 1800 kg/ha — Cr$ 4.874,00
(b) VBC para 1800 kg/ha — Cr$ 8.800,00
FONTE: CFP, FECOTRIGO

as diversas culturas concorrentes em área, a política oficial para a safra 1980/81, aparentemente, desestimulou a soja em relação às demais culturas. Isto porque, a confrontação dos valores de custeio calculados para o cultivo da leguminosa (com 80% de financiamento) e para o milho (com 100%), na faixa dos ***mini e dos pequenos produtores*** privilegia o cereal, conforme comprova o Quadro 3. Afinal, sabe-se que a maior parte dos sojicultores pertence à classe dos ***mini e pequenos produtores*** (as áreas com menos de 50 ha totalizam 90% do total dos estabelecimentos, no caso da soja). Mas, se a comparação for feita excluindo-se essa categoria de produtores, o percentual dos custos de produção do milho e da soja a ser coberto com o VBC é, praticamente, o mesmo (ver Quadro 3).

Para efeito de obtenção do financiamento integral do custeio, fixou-se um valor bruto da produção comercializada na safra 1979/80 inferior a 2.000 MVR (aproximadamente Cr$ 5.000.000,00) o que abrange a maioria dos sojicultores. Para os demais produtores da leguminosa, parece haver uma indiferença no tratamento creditício dispensado, pelo governo federal, às lavouras de milho e soja (ambas com 80% de financiamento de custeio para os grandes produtores).

Este estímulo institucional pode vir a desencadear uma tendência de substituição da soja pelo milho, respaldando os altos preços atualmente alcançados pelo cereal no mercado interno. A recente fixação dos preços mínimos de garantia ratifica ainda mais essa tendência. O Quadro 4, a seguir, aponta um decréscimo na relação entre os preços mínimos da soja e milho, em função de um reajuste mais generoso concedido ao cereal, que teve seu valor corrigido em 155,7% enquanto o da soja sofreu um acréscimo de 109%.

As atenções dos produtores agrícolas parecem voltar-se para o milho, em razão, ainda, de uma sólida demanda, formada pelos setores avícola e suinícola. Esta situação, que modifica as expectativas de rentabilidade do milho, tende a atrair para seu cultivo pequenos produtores que, além de um mercado firme, contam com a certeza de obter maiores recursos, ao levantarem o financiamento para custeio.

Assim, na região Sul, a substituição da soja pelo milho é facilitada por dois fatores. O primeiro é a possibilidade de conversão das áreas plantadas sem alterar a composição de fatores de produção, utilizando-se a mesma tecnologia. Por dificuldades de reaproveitamento de maquinaria, o que demandaria novos investimentos, outras culturas que não o milho estariam automaticamente excluídas do processo de substituição.

Por outro lado, esse movimento de concorrência que se esboça no momento, de forma bem concreta, entre a soja e o milho, pode representar uma nova tendência na região Sul. Contrariamente à última década, quando a soja se expandiu por toda a região, a previsão, daqui em diante, é de uma estabilização neste processo, com a manutenção da atual área plantada. Os riscos da monocultura da soja para o pequeno agricultor já foram amplamente comentados e analisados. Também a nível da colocação do produto no mercado exterior, fator primordial para a expansão da sojicultura brasileira, a tendência, de médio prazo, à estabilização, em termos reais, das cotações internacionais da leguminosa (Agroanalysis, vol. 4, nº 5) indica, em princípio, uma possibilidade de queda na remuneração dos produtores, frente aos preços crescentes dos insumos e a um aumento cada vez maior dos preços das terras, em especial na região Sul do país.

Desse ponto de vista, a nova fase de expansão da soja, em direção à região Centro-Oeste, tem como fundamento um menor custo das terras naquela região e uma menor necessidade, num primeiro momento, de insumos, o que aumenta a margem de ganho do produtor, frente a preços reais constantes no mercado externo.

O maior empecilho ao plantio de uma cultura de exportação nessa região é, naturalmente, a distância dos portos para o escoamento do produto. É sabido que os custos de transporte são bastante elevados, afetando pesadamente a soja colhida em Mato Grosso ou Goiás, em seu trajeto até o porto. Este problema, entretanto, poderá ser solucionado mediante a concretização dos planos de implantação de um parque de esmagamento naquela região. Essa possibilidade de expansão do parque moageiro nacional se respalda em duas razões básicas: o crescimento de uma demanda local por rações, devido à instalação de granjas naquelas áreas, e por óleos vegetais e à redução dos custos de transporte, menos gravosos quando se trata de produto industrial.

A conquista, pela soja, dessas áreas ***novas***, praticamente repete o movimento da própria soja nos estados sulinos, onde culturas tradicionais foram expulsas para áreas menos férteis, ao mesmo tempo em que terras recém-desmatadas eram incorporadas ao plantio com a leguminosa. Neste caso, a expansão da soja na região Centro-Oeste, onde vem expulsando culturas voltadas para o abastecimento interno, como o arroz, merece ser acompanhada com cuidado, para que se evite a repetição e o aprofundamento de erros passados. O deslocamento cada vez mais para o norte de culturas como o arroz, assim como a simples conquista das áreas ***novas*** pela soja, podem contribuir para agravar os já crônicos problemas de produção dos chamados ***gêneros de abastecimento interno***, na medida em

QUADRO 3

SOJA e MILHO — Estimativa da Necessidade de Aplicação de Recursos Próprios a Partir do VBC, em Relação aos Custos de Produção — 1980/81

Produtos	(A) Produtividade Kg/ha	(B) VBC Cr$/ha	(C) Custo de Produção Cr$/ha	(D) Necessidade de Recursos Próprios Cr$/ha	B/C %
Milho (100% VBC)	3001-3500	11.500,00	16.921,00	5.421,00	68
Milho (80% VBC)	3001-3500	9.200,00	16.921,00	7.721,00	54
Soja (80% VBC)	1800	8.800,00	15.958,00	7.158,00	55

FONTE: Organização das Cooperativas Brasileiras

QUADRO 4

Rio Grande do Sul e Paraná – Preços Mínimos Relativos Soja/Milho – 1972/73-1980/81

	Rio Grande do Sul	Paraná
1972/73	1,72	1,78
1973/74	1,23	1,23
1974/75	1,70	1,68
1975/76	1,56	1,60
1976/77	1,48	1,54
1977/78	1,42	1,45
1978/79	1,36	1,37
1979/80	1,70	1,70
1980/81	1,39	1,39

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CFP

que o seu plantio fica cada vez mais relegado a regiões sem infraestrutura de transportes, caracterizadas por solos menos férteis, onde o acesso às informações do mercado é mais difícil. Enfim, com todas as condições para que a comercialização desses produtos se mantenha precária.

Assim sendo, é necessário ressaltar que a atual fase de expansão da soja dispensa maiores estímulos institucionais, quer se tratando da produção, ou do beneficiamento, na medida em que suas motivações já estão criadas. O parque de esmagamento da região Centro-Oeste não necessita de incentivos especiais, linhas de crédito ou subsídios para a sua instalação, uma vez que a existência da produção sojícola e dos consumidores de seus derivados na região, são estímulos suficientes para a montagem de unidades de moagem em Mato Grosso do Sul, ou Goiás, por exemplo.

Deve-se atentar, isto sim, para o fato de que a expansão de um parque industrial superdimensionado pode acabar perpetuando a ***necessidade*** de estabelecimento de quotas para a venda ao exterior do produto ***in natura*** o que, em última instância, acaba reduzindo o poder de negociação dos produtores em geral, frente às indústrias compradoras de suas produções.

Por último, talvez caiba salientar que a perspectiva de um renovado ciclo de crescimento da área plantada com soja no país merece alguma reflexão, quanto à política governamental para o setor, que se tem caracterizado por um alto grau de tutela e de intervencionismo.

A amplitude atual do mercado interno de farelo – 25% da produção – e de óleo, assim como a campanha desencadeada para o incentivo ao consumo de soja ***in natura***, substituindo o feijão, parecem indicar que a soja, no seu complexo de produção e industrialização, não tem mais necessidade de um excessivo intervencionismo estatal. Afinal, a ausência de quotas pode aumentar, a longo prazo, a remuneração dos produtores, assim como propiciar uma política de comercialização externa mais ágil e flexível, capaz de impedir a perda de excelentes negócios no exterior.

Desta forma, para o ano comercial 1981/82, deveria ser montado um esquema mais maleável para o escoamento da safra, a partir de março de 1981. Embora ainda seja muito cedo para qualquer avaliação, estimativas preliminares quanto ao volume potencial de divisas a serem obtidas com as vendas externas do complexo da soja, na próxima comercialização, apontam para um total em torno de US$ 2,4 bilhões.

QUADRO 5

SOJA – Área Colhida na Região Centro-Oeste – 1975/76-1979/80 (1.000 ha)

1975/76	224
1976/77	480
1977/78	560
1978/79	752
1979/80	1.124

FONTE: FIBGE

Quanto à futura área a ser cultivada com a leguminosa, duas tendências podem ser identificadas: 1ª) manutenção da área plantada em 1979/80, nos estados da região Sul e, também, em São Paulo, onde a cana-de-açúcar representa, hoje, o produto com maiores possibilidades de expansão; 2ª) aumento significativo do plantio na região Centro-Oeste, a exemplo do ocorrido nos últimos anos, conforme se observa no Quadro 5.

Se, apenas para efeito de especulação, considerar-se um acréscimo da ordem de 6% (semelhante ao ocorrido em 1979/80), o resultado seria uma superfície de aproximadamente 9,2 milhões de ha plantados com a leguminosa, que poderiam gerar, em condições normais, algo em torno de 16 milhões de toneladas.

Ainda para efeito de conjecturas, parece razoável supor que seja mantida a exportação de grãos de 1979/80 (1,5 milhão de t) e, sendo assim, o esmagamento da soja produzida internamente poderia atingir 13,5 milhões de toneladas. A simples repetição, em 1981/82, do consumo estimado de farelo e óleo para 1980/81, liberaria, neste caso, um excedente máximo para exportação de 8 milhões de t de farelo e 1 milhão de t de óleo. Deste modo, a receita de exportação do complexo da soja, no ano comercial 1981/82, poderia alcançar 2,4 bilhões de dólares, conforme indica o Quadro 6.

Os preços apresentados no Quadro 6 foram estimados pelo Departamento de Agricultura dos EUA e, por não incorporarem ainda a expectativa do mercado quanto à extensão dos danos provocados pela estiagem naquele país, poderão distanciar-se da realidade das operações de Bolsa, em 1981. Mesmo assim, a soja brasileira talvez ainda carreie maior receita, mantendo e, até, ampliando sua importância para o equilíbrio da balança comercial.

QUADRO 6

COMPLEXO SOJA – Estimativa das Exportações Brasileiras em 1981/82

	Quantidade (milhões de t)	Preço Médio (US$/t)(1)	Receita US$ Milhões
Grão	1,5	234	351
Farelo	8,0	198	1.584
Óleo	1,0	485	485
TOTAL	–	–	2.420

(1) Preços médios projetados pelo USDA, para o ano comercial norte-americano: setembro 1980-agosto 1981 para o grão e outubro 1980-setembro 1981 para os derivados.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: USDA

TÊXTEIS

Nos últimos anos, o setor têxtil nacional vem enfrentando o acirrado protecionismo que prevalece no mercado internacional. Na verdade, esse protecionismo representa, sob muitos aspectos, uma reação natural das nações desenvolvidas à entrada de produtos têxteis procedentes de países que mantêm uma política pródiga de incentivos e subsídios ao setor exportador. Mesmo assim, no período 1975/79, as exportações anuais de têxteis apresentaram bom desempenho, tanto em quantidade exportada quanto em divisas arrecadadas, apesar de se notar uma redução no ritmo de crescimento da quantidade exportada, na parte final do período. Em 1979, contudo, medidas de política econômica lograram reverter esta tendência de queda no volume exportado.

A ameaça de imposição de sobretaxas pelos EUA, segundo maior importador de artigos têxteis nacionais, levou o governo a adotar, no início do ano passado, uma redução gradual dos subsídios (créditos-prêmios de IPI e ICM) à exportação. A política implementada pelo governo previa, no entanto, uma compensação para o estreitamento da margem de lucros do setor exportador, mediante uma minidesvalorização cambial mais veloz. Contudo, a aceleração do ritmo inflacionário passou a promover uma defasagem cada vez maior em relação aos reajustes da taxa cambial, ocasionando a redução das vantagens até então auferidas pelo exportador (desvalorização cambial + subsídios - inflação).

A maxidesvalorização do câmbio em 30%, estabelecida em meados de dezembro do ano passado, foi a solução encontrada para se eliminar o atraso da correção cambial frente à inflação. Em contrapartida, o governo promoveu a retirada total dos subsídios. O resultado final das medidas implementadas configurou-se negativo ao setor exportador, uma vez que a correção cambial média de dezembro se situou aquém do valor dos subsídios retirados, acrescido da própria inflação do mês (ver Quadro 1).

Mesmo assim, a maxidesvalorização cambial injetou forte dose de otimismo no setor, a ponto de os industriais prognosticarem, para 1980, exportações da ordem de US$ 1,1 bilhão, 45% acima da receita auferida no ano passado, sendo 15% desse aumento por conta da previsão da inflação externa. Esta meta, contudo, poderá não ser concretizada. A explicação para uma possível frustração do volume a ser exportado não se encontra nas práticas protecionistas efetivadas por nossos principais clientes internacionais mas, principalmente, na atual política interna de câmbio. Para 1980, o governo fixou um limite de 40% para a desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar. Para tanto, levou em conta taxas de inflação de 59,6% na economia brasileira e de 14% no âmbito internacional. A prefixação da correção cambial mostrava, assim, ao setor exportador, que haveria uma defasagem programada entre a inflação e a desvalorização cambial.

No Quadro 2, observa-se que os efeitos positivos da maxidesvalorização cambial estão sendo corroídos rapidamente. Mantida a atual política de desvalorização, a perda de competitividade do setor exportador de têxteis deverá acentuar-se, no segundo semestre. Supondo que a inflação anual brasileira alcance um percentual de 80% e a norte-americana mantenha-se no patamar inicialmente previsto (14,0%) a desvalorização da moeda brasileira no segundo semestre deveria alcançar 29,8%. Porém, para completar a taxa prefixada para o ano, a queda relativa do cruzeiro não deverá ultrapassar 10,92%. Assim, a diferença entre a inflação e a correção cambial, que no primeiro semestre foi de 11,32%, subiria para 28,68%.

Por outro lado, a elevação dos preços internos do algodão afetou a rentabilidade do setor têxtil exportador. O preço médio do algodão adquirido pelas indústrias subiu 71% no primeiro semestre ou seja, 30,6% acima da inflação registrada no

período. Desse modo, a alta do preço da fibra contribui igualmente para o comprometimento da competitividade do produto acabado no exterior. Há perspectivas, porém, de que essa alta do algodão possa vir a ser diluída durante o ano (ver artigo sobre o algodão neste número de Agroanalysis).

Com a redução das vantagens para exportar, as empresas que destinam parte de sua produção ao mercado externo terão que se voltar integralmente para o mercado interno, a fim de escoar sua produção. Como, na conjuntura atual, há um equilíbrio no mercado doméstico, a colocação de oferta adicional só lograria êxito mediante o acirramento da competição entre as empresas. Ora, é razoável supor que as indústrias voltadas precípuamente para o mercado externo disponham de uma estrutura de custos suficientemente flexível para sobreviver em um mercado em baixa. O mesmo não acontece, porém, com as empresas de menor porte que atendem exclusivamente ao consumo interno. Assim, caso haja o acirramento da disputa pelo consumidor interno, as conseqüências serão de duas ordens. A primeira seria a reconcentração que sofreria o mercado interno, uma vez que as empresas menores teriam que abandonar o mercado. Por outro lado, as empresas que optarem por nele permanecer terão que reduzir ao máximo as suas despesas para compensar a queda da lucratividade. Isto poderá acarretar conseqüências ainda mais recessivas para o setor têxtil, cujas atividades já se desenvolvem em ritmo desacelerado. Segundo a FIBGE, a taxa anual de aumento da produção têxtil caiu de 8,5%, em julho do ano passado, para 5,6%, em dezembro, e para 5,1% em abril último. Cabe ressaltar que o último índice já deve estar refletindo os efeitos corrosivos da maxidesvalorização cambial. As perspectivas para os meses subseqüentes podem ser mais sombrias (ver Quadro 2).

QUADRO 1

Resultado Líquido da Maxidesvalorização Cambial e da Retirada dos Subsídios às Exportações de Têxteis
Janeiro a Dezembro de 1979

Inflação Acumulada(%) jan/dez/79 (A)	Desvalorização Cambial(%) jan/dez/79 (B)	Subsídios* Posição em jan/79(%) (C)	Efeito Líquido (B-A)-C
77,2	103,7	38	-11,5

FONTE: Conjuntura Econômica e Ciex—Créditos e Incentivos Fiscais à Exportação — Orientador Alfandegário — Editora Ltda.
* Referem-se aos créditos prêmios de ICM (13%) e IPI (25%)

QUADRO 2

BRASIL — Inflação e Desvalorização Cambial — jan-dez/1980 (%)

Mês (Período)	Inflação (A)	Desvalorização Cambial I[1/] (B)	Desvalorização Cambial II[2/] (C)	Diferença I D (B-A)	D Acumulado	Diferença II E (C-A)	E Acumulado
jan/80	6,2	3,21	4,09	-2,99	-2,99	-2,11	-2,11
fev/80	4,2	2,74	2,23	-1,46	-4,45	-1,97	-4,08
mar/80	6,6	3,90	5,89	-2,70	-7,15	-0,71	-4,79
abr/80	5,7	3,42	5,35	-2,30	-9,45	-0,35	-5,14
mai/80	6,4	3,33	5,84	-3,07	-12,52	-0,56	-5,70
jun/80	5,8	3,26	4,97	-2,54	-15,06	-0,83	-6,53
jan/jun/80	40,4	29,08	31,90	-11,32	—	-8,50	—
jul/dez/80E	39,6	10,92	29,80	-28,68	—	-9,80	—
jan/dez/80E	80,0	40,00	61,70	-40,00	—	-18,30	—

FONTE: Conjuntura Econômica; Unicom e Consulado dos EUA

OBS.: (1) Dado básico: taxa de câmbio mensal ponderada pelo número de dias de sua vigência

(2) Cálculo da desvalorização cambial requerida para manter a paridade entre a inflação interna e a externa, com base na seguinte expressão: inflação interna÷inflação externa (norte-americana)

E — estimativa

Neste contexto, caso não sejam tomadas medidas preventivas, a desaceleração do ritmo das exportações poderá se intensificar, vindo a comprometer a demanda interna da malvácea. A queda da demanda da fibra natural se verificará, mesmo com o favorecimento eventual do mercado com a alta das fibras sintéticas, que a eliminação dos subsídios dos derivados de petróleo tem provocado, uma vez que a desaceleração prevista da atividade têxtil poderá não compensar esta vantagem adicional do algodão. Dentro dessa ótica, é provável que o crescimento do consumo de algodão, em 1981, não ultrapasse os 5%, situando-se abaixo da taxa de crescimento anual verificada na década de 70 (7,3% a.a.).

Medidas necessárias para a recuperação do setor

As medidas que poderiam alterar o quadro delineado referem-se à restauração, ainda que parcial, das vantagens perdidas pelo setor exportador. A respeito, sabe-se que, apesar da eliminação dos subsídios quando da maxidesvalorização, o setor têxtil exportador continuou sendo contemplado com alguns benefícios fiscais (isenção do pagamento de IPI e de ICM, além de abatimento no IR) e financeiros (juros de 21% nos empréstimos para exportação).

Ainda assim, a análise das exportações mensais de têxteis evidencia uma queda no ritmo de vendas. De janeiro a maio deste ano, a taxa média mensal de crescimento das exportações dos principais produtos têxteis manufaturados (fios e tecidos de algodão, roupas de cama, mesa e banho, tecidos e artigos de malharia e ponto de meia, vestuário e seus acessórios de tecidos) foi de 0,7% enquanto, no mesmo período do ano passado, as exportações cresceram 2,6% ao mês.

Tudo leva a crer que este decréscimo relativo das vendas seja reflexo da preponderância do ritmo inflacionário sobre as desvalorizações cambiais, uma vez que os efeitos benéficos da maxidesvalorização já se haviam esvaído. Assim, a recuperação da rentabilidade do setor estaria diretamente relacionada com possíveis modificações na política cambial e/ou na sistemática dos subsídios.

No plano interno, a retomada dos subsídios à exportação de têxteis esbarra num obstáculo maior, que é a necessidade de não arrefecer o combate à inflação. Além disso, desencadeará fatalmente novas retaliações protecionistas por parte dos países importadores de têxteis, provocando efeito inverso ao pretendido com a volta dos subsídios.

A modificação da política cambial seria, pois, a opção mais viável e, para atender aos objetivos de melhoria da rentabilidade do setor, a correção cambial do semestre deveria alcançar 29,8%. Caso o governo opte por esta solução, a correção anual da moeda pularia de 40% (limite prefixado para o ano todo) para 60%. Este tipo de modificação não é totalmente inviável, pois há especulações que o governo ampliaria para 50% o limite da correção cambial para o período de julho deste ano a julho de 1981. Paralelamente, alguns indicadores econômicos apontam para uma inflação menor no primeiro semestre do próximo ano do que a esperada para o semestre corrente. É provável, pois, que com esta nova prefixação do câmbio, a maior parte da desvalorização prevista se verifique no segundo semestre deste ano. Se a correção cambial, neste período, alcançar o nível requerido (29,8%) para manter a paridade entre a inflação interna (39,6%) e a externa (7,56%), a nova prefixação do limite de correção cambial (50%) para os doze meses subseqüentes a julho de 1980 parece ser uma solução correta. Dentro dessa ótica, existiriam condições para a recuperação do ritmo das exportações, evitando-se uma possível crise no mercado interno de produtos têxteis, com reflexos negativos sobre a demanda da fibra de algodão.

TRIGO

A produção brasileira de trigo deverá alcançar, em 1980, cerca de 3 milhões de t, volume apenas ligeiramente superior à frustrada safra de 1979. Essa previsão baseia-se na expectativa de uma queda na área semeada de aproximadamente 27% em relação à superfície plantada em 1979. Esse decréscimo é esperado em função da grande frustração da produção ocorrida no ano passado, em especial no Rio Grande do Sul, onde as estimativas iniciais eram de um resultado de até 2,2 milhões de t e foram colhidas apenas 963 mil t.

A quebra da safra de 1979, apesar de particularmente violenta, pode ser inserida numa longa série de frustrações na produção interna de trigo, que se repetem praticamente a cada ano, variando apenas na sua intensidade. Observando-se uma série histórica das produtividades de trigo no Brasil, entre 1962 e 1979, apenas em três períodos os rendimentos médios por hectare ultrapassaram os 1.000 kg, patamar relativamente baixo, se comparado à produtividade obtida nos demais países produtores.

Esses fracassos, entretanto, não podem ser atribuídos integralmente à inadaptabilidade da cultura às condições climáticas do país. É fato que o sul do país possui um clima de transição, sujeito a instabilidades que dificultam o sucesso do cultivo dos cereais de inverno, os quais não podem conviver com as primaveras quentes e úmidas das regiões subtropicais. Contudo, outros fatores que, aparentemente, contribuíram para o aumento da produção tritícola nacional podem ter sido, na verdade, responsáveis pela extensão crescente dos fracassos. A política de incentivo à cultura, por exemplo, que se fundamenta quase que exclusivamente na concessão de crédito barato, acabou criando condições para a expansão do plantio em áreas não propícias, onde o risco de perdas é consideravelmente maior. Além disso, o plantio de trigo em sucessão com a soja transformou o cultivo do cereal, para uma significativa parcela dos produtores, em atividade secundária, cuja justificativa era o levantamento dos recursos creditícios, em primeiro lugar e, posteriormente a amortização dos custos fixos de produção da soja. A própria cultura do trigo parece não ter recebido, nestes casos, cuidados capazes de garantir maior possibilidade de sucesso à lavoura. Portanto, atribuir os fracassos unicamente a um mau comportamento do clima constitui uma abordagem parcial da questão.

Do ponto de vista governamental, é necessária a consciência de que a falta de resistência das variedades de trigo ao clima brasileiro só será resolvida com intenso trabalho de pesquisa, ao mesmo tempo em que a concessão de crédito subsidiado, de forma indiscriminada, representa, na verdade, um grande desperdício dos recursos públicos. Se, por um lado, o maior rigor na concessão de crédito e a fiscalização na aplicação dos recursos, que contribuiriam para diminuir os riscos da cultura em termos sociais, são instrumentos que podem ser acionados a qualquer momento; por outro, a obtenção das novas variedades vai depender de um árduo trabalho de pesquisa que se desenvolve, atualmente, em diversas frentes. A mais recente delas — o cerrado — já tem apresentado possibilidades de uma sensível redução no grau de incerteza da cultura frente a problemas climáticos.

Evidentemente, a expansão da triticultura, em termos comerciais, para o Brasil Central, deverá levar em conta uma série de considerações. A primeira delas é o fato de que as terras relativamente mais baratas da região deverão ser corrigidas através de pesada calagem e adição de outros nutrientes, como fosfatos e potássio. Além disso, o trigo de sequeiro, mesmo plantado de acordo com as mais atualizadas recomendações técnicas, é sujeito a ataques de pragas ou doenças, em função de maior ou menor umidade do ar ou do solo. Assim sendo, as alternativas parecem ser o trigo irrigado por infiltração ou a irrigação nas várzeas. Segundo estudos realizados pela Embrapa, o plantio do trigo irrigado por infiltração, que consiste no sistema de pequenas represas e sulcos para canalizar água, po-

deria utilizar os chapadões da região Central como represas, aproveitando a força da gravidade para levar água até a lavoura. Já o cultivo de trigo irrigado nas margens planas dos rios deve ser feito em pequenas áreas (de menos de um hectare), cercadas por diques, para se evitar qualquer risco de inundação.

Tudo indica que a atual tecnologia desenvolvida pela Embrapa se baseia em técnicas relativamente simples, mas que exigiriam, para sua difusão em larga escala, que a atratividade do plantio de trigo no cerrado, em termos de menores riscos climáticos e maiores rendimentos físicos por ha, fosse elevada artificialmente por meio de estímulos governamentais. Evidentemente, essa atratividade teria de ser gerada institucionalmente, não só através de financiamentos dos investimentos mas, também, pela criação de uma ampla infraestrutura de apoio à lavoura e às comunidades assentadas na região. É importante ressaltar, a propósito, que uma maior racionalidade na utilização dos financiamentos destinados à região Sul poderia liberar recursos para aplicação nas áreas pioneiras. Deve-se ter claro, também, que a ocupação dirigida e planejada de uma vasta região é, necessariamente, projeto de longo prazo, que não pode ter a pretensão de obter resultados, mensuráveis economicamente, em uns poucos períodos agrícolas. De acordo com essa perspectiva, a criação de linhas especiais de crédito, a partir de 1980, para o cultivo do cereal no cerrado, representa a condição necessária, mas não suficiente, para a efetiva expansão da cultura naquela região.

QUADRO 1

TRIGO – Área Plantada por Estados
1979/80

1.000 ha

Estados	1979	1980
Rio Grande do Sul	2.185	1.250
Paraná	1.577	1.500
São Paulo	186	145
Mato Grosso do Sul	118	125
Minas Gerais	14	16
Santa Catarina	24	12

FONTE: Detrig – Banco do Brasil S/A.

Situação do cultivo: perspectivas de produção e consumo em 1980

Em termos de plantio nos estados do Sul, houve redução na área semeada na presente safra em quase todos os estados, sendo que a retração mais significativa ocorrerá no Rio Grande do Sul, cujo plantio deverá ser de apenas 57% da área coberta com trigo em 1979, conforme aponta o Quadro 1. Na verdade, a redução total na área plantada com trigo poderia ter sido bem maior, tivesse sido mantido o critério de financiamento inicialmente fixado. Segundo esse critério, o levantamento de recursos para custeio deveria tomar como base a média histórica das produtividades em cada município (exclusive 1979). Buscava, assim, fazer com que as produtividades consideradas para o cálculo do financiamento se aproximassem dos rendimentos efetivamente conseguidos. Todavia, a posterior modificação desse critério foi, na prática, a volta à sistemática antiga, quándo se tomava como base da avaliação da produtividade os melhores rendimentos de cada lavoura. Observa-se, no Quadro 2, que o financiamento aumenta consideravelmente, em relação aos custos de produção, quando se passa da faixa de produtividade que engloba os rendimentos médios nacionais obtidos pelas lavouras de trigo – 800 a 1.000 kg/ha – para a faixa imediatamente superior.

Também no que diz respeito ao preço de garantia, não se pode considerar que tenha havido um desestímulo à cultura. O reajuste de 119% cobre pelo menos a inflação de doze meses e se situa apenas 17% abaixo do preço pleiteado pelos produtores. Aliás, o preço do trigo fixado pelo governo apresenta, em 1980, a mesma defasagem, em relação ao valor calculado pelos produtores,

em 1979, quando o preço de garantia cobriu, também, 83% das necessidades apontadas pelos agricultores. Desta forma, a política oficial para o trigo, em 1980, parece não ter sofrido modificações significativas. Aparentemente, o propósito da maior racionalização do emprego dos recursos só poderá ser perseguido na safra de 1980, através de uma fiscalização mais rígida das áreas semeadas com o cereal.

A obtenção dos 3 milhões de t ainda depende do bom comportamento do clima, nas próximas semanas. No Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, onde o trigo é plantado mais cedo e, portanto, já se aproxima a época da colheita, 50% da produção já estariam assegurados. À exceção de Mato Grosso do Sul, que sofreu uma queda de 10% na produção esperada, os outros dois estados contaram com clima bastante favorável, frio e seco. Quanto ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a incógnita permanece, uma vez que o maior risco para a cultura são as primaveras quentes e úmidas, que costumam ocorrer nos estados da região Sul.

Se todos os riscos forem ultrapassados e forem efetivamente colhidas as 3 milhões de t, ainda assim permanecerão algumas questões em aberto, no que tange à produção e ao consumo de trigo no país. A principal delas é o fato de que o Brasil, em 1980, deverá consumir 6,6 milhões de t do cereal (excluindo-se as sementes) mais do dobro da sua produção interna. Esse descompasso teve início em meados de 1972, quando os preços do cereal iniciaram uma escalada altista, no mercado externo. Para não repassar esses aumentos ao consumidor nacional, o governo optou por fixar o preço de revenda do trigo aos moinhos abaixo do preço internacional. Entretanto, mesmo a partir de 1974, quando as cotações externas voltaram a declinar, o subsídio instituído a partir de 1972 se manteve, pois, já naquela época, a sua retirada elevaria o índice inflacionário a níveis ainda mais indesejáveis.

Com o agravamento da inflação interna nos últimos anos, a questão da retirada do subsídio foi se tornando cada vez mais complexa. De um lado, a oferta de outros gêneros alimentícios foi bastante irregular ao longo de toda a década de 70, e, conseqüentemente, seus preços sofreram grandes oscilações. Desta forma, para efeito de composição do índice do custo de vida, o controle de preços de alguns produtos — trigo e seus derivados, por exemplo — foi um instrumento bastante importante. Em conseqüência, os reajustes dos preços de venda do trigo aos moinhos se tornaram cada vez mais raros, conforme se observa no Quadro 3. Assim sendo, a defasagem entre os preços de aquisição do produto pelo governo, tanto no mercado doméstico quanto no comércio internacional, e os valores monetários recebidos dos moinhos passou a crescer de maneira assustadora. Atualmente, o preço de venda de trigo à indústria representa

QUADRO 2

BRASIL — Relação entre as Necessidades de Recursos de Custeio, Segundo os Produtores, e os Valores Básicos de Custeio Fixados para as Lavouras de Trigo

Faixas de Produtividade (Cr$/ha)	(A) Necessidade de recursos	(B) VBC fixado (Cr$/ha)	B/A
801 — 1.000	9.986,21(1)	8.238,00	82
1.001 — 1.200	9.986,21	9.396,00	94

FONTE: Organizações das Cooperativas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
(1) Por não se dispor de informações relativas ao custo nessa faixa de produtividade, considerou-se o custo de produção de um ha de trigo, nas duas faixas de produtividade, como sendo iguais.

QUADRO 3

BRASIL: Evolução do Preço de Venda aos Moinhos do Trigo em Grão 1972/78

Portarias da SUNAB	Início da Vigência	Preço Cr$/t
SUPER nº 32	14.08.72	556,40
SUPER nº 32	10.09.73	612,00
SUPER nº 24	04.03.74	734,00
SUPER nº 56	06.12.76	1.202,00
SUPER nº 26	12.05.78	1.562,60

FONTE: SUNAB

pouco mais de 10% do preço pago pelo governo, em cruzeiros, por cada tonelada que ele adquire no mercado interno ou externo. Esta defasagem reflete não só o crescimento dos custos de produção do trigo internamente mas, também, o encarecimento do cereal importado, em função da maxi-desvalorização do cruzeiro, em dezembro de 1979. Assim sendo, o subsídio ao consumo de trigo deverá, este ano, situar-se em torno de Cr$ 56 bilhões, conforme mostra o Quadro 4*.

* Este cálculo não considera nem as despesas de movimentação interna do produto nem a indenização paga pelo governo federal aos estados produtores pela perda de ICM, resultante da existência do subsídio.

Apesar da soma elevada de recursos gasta com o subsídio e das distorções em termos de consumo geradas por ele, a única alternativa que parece viável, hoje, é um aumento gradual nos preços de venda aos moinhos, em simultaneidade com um aumento da oferta interna dos substitutos potenciais do trigo. Aumentar a produção interna do cereal, através de uma maior racionalização dos recursos destinados à triticultura, em termos de crédito, pesquisa, assistência técnica etc. e reduzir o consumo, via disponibilidade dos gêneros substitutos, parece o caminho mais indicado para reduzir a dependência de importações.

QUADRO 4

BRASIL – Estimativa do Subsídio ao Consumo de Trigo em 1980*

	Quantidade (milhões t)	Preços Médios de Compra(1) Cr$/t	Total do Dispêndio Cr$ bilhões	Preço de Venda(2) Cr$/t	Total da Receita Cr$ bilhões	Subsídio Cr$ bilhões
Trigo nacional	2,2	5.400,00	11,88	1.390,70	3,02	8,86
Trigo importado	4,4	12.202,00	53,69	1.390,70	6,12	47,57
TOTAL						56,43

(1) Preços pagos aos produtores nacionais e preços do produto importado, convertidos à taxa média de câmbio de junho/80 – 1 US$ = Cr$ 51,16
(2) Preço de venda aos moinhos, que já exclui os 11% de ICM
* Esta estimativa, para efeito do cálculo, considera que:
1) todo o trigo produzido em 1979 será consumido em 1980;
2) o preço de venda aos moinhos se manterá inalterado, até o final do ano;
3) não será reajustada a quota de importação do cereal para o corrente ano.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

DE 17/7 A 30/7

MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 80 set	80 nov	81 jan	81 mar	81 mai	81 jul	81 set	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fonte : Reuters	-66%	+21%	28,49 (set)		+5%					+5%		Notícias de inundações na Polônia com grandes prejuízos na safra de berraba e previsão do USDA de que a produção de açúcar da URSS cairá abaixo dos níveis planejados estimulam a alta dos preços.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fonte : Reuters'	-12%	-12%	82,66		0%					4%		Apesar dos efeitos recessivos sobre a demanda de algodão, as condições climáticas adversas no Texas (seca) podem prejudicar a produção norte-americana e por conseguinte a recomposição dos seus estoques a níveis normais.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fonte : Reuters	+47%	+5%	103,91 (set)			+5%				+14%		Novas vendas por parte de Costa do Marfim deverão compensar efeito estabilizador das novas negociações para o Acordo Internacional do Cacau.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fonte : Reuters	+51%	+27%	152,70 (set)			+4%				+3%		O fato de o Brasil e alguns outros países ainda permanecerem fora do mercado não tem sido capaz de reverter a atual tendência baixista que vem sendo alimentada pelo pequeno volume de compras realizado pelos importadores.

*** Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.**

Agroanalysis, 4(8): 55-60, agosto/1980

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 80 set	80 nov	81 jan	81 mar	81 mai	81 jul	81 set	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte : Reuters	+9%	-13%	306,30	+6%						+13%		Seca no "Corn Belt" norte-americano concorre para a elevação dos preços.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte : Reuters	+17%	-16%	727,40	+4%						+11%		Recentes chuvas e temperaturas mais baixas nas regiões produtoras da leguminosa, nos EUA não anularam as incertezas a respeito dos danos já causados à safra.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fonte : Reuters	+19%	-16%	194,70	+5%				+13%				Problemas climáticos nos EUA atingem outras oleaginosas, concorrentes da soja na produção de farelo.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte : Reuters	+18%	-6%	421,65	+7%						+14%		– Problemas climáticos na produção norte-americana. – Maior competição entre os países produtores-exportadores do cereal.

* Valores deflacionados pelo IPA norte–americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa–se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 5–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-19%	0%	1.169,97	↘	Entrada da safra setentrional, vendas de algodão em AGF, vencimento da primeira parcela dos EGF's moderam elevações nos preços que vêm sendo pressionados pelo atual aperto na oferta de fibras médias e superiores.
ARROZ Amarelão-Est.Cen. MERC.–SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-1%	-2%	1.400,00	→	Abastecimento regular, em razão da entrada da safra.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	+26%	+13%	4.540,00	↘	Mercado deverá continuar caindo, refletindo a tendência baixista que se verifica no exterior. Esta situação é ainda agravada pelo fornecimento de café subsidiado pelo IBC aos torrefadores.
BOI GORDO – MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	+3%	-11%	1.400,00	↘	Entressafra: redução dos abates e nível de estoques abaixo das necessidades do mercado.

*** Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**

Agroanalysis, 4(8): 55-60, agosto/1980

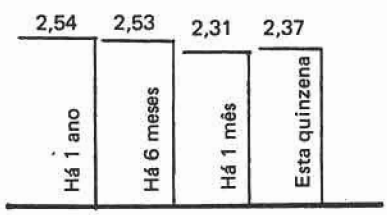
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real* um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-46%	-46%	2.450,00	↑	Tendência altista das cotações de todas as variedades de feijão justifica-se pela pequena disponibilidade do produto.
FRANGO Abatido MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	+10%	-5%	33,70	↑	Mercado em alta sazonal.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-38%	-19%	459,00	↑	Crescimento acentuado do consumo industrial pressiona a oferta.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+23%	-9%	639,50	↑	Perspectivas de quebra da safra norte-americana aumentam a atratividade de se reter o produto.

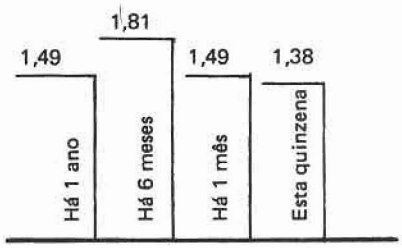
* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

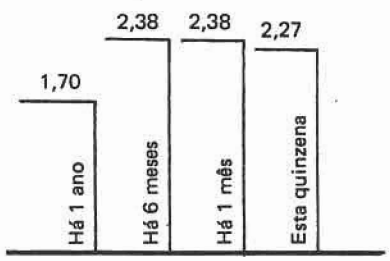
Soja / Milho



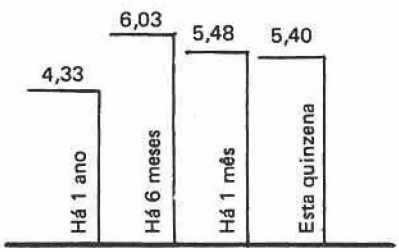
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho

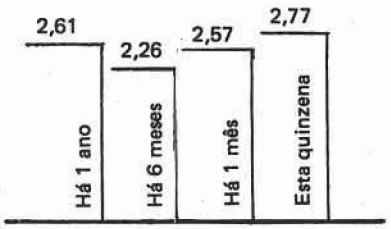


FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

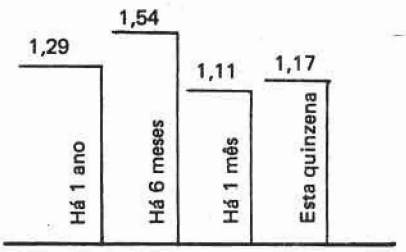
NOTA: O mercado internacional de algodão, que se vem mantendo firme desde que os estoques mundiais do produto começaram a diminuir, esta quinzena apresentou ganho de 13% em sua cotação, em razão da expectativa quanto aos danos que a seca na maior região produtora dos EUA (Texas) poderá causar à futura recomposição dos estoques daquele país. Por sua vez, a cotação internacional da soja, no período, elevou-se em 19%, também devido aos danos sofridos pela lavoura devido à seca verificada em território norte-americano nas últimas semanas. Em decorrência, o preço relativo algodão/soja passou a revelar valor 4,6% inferior àquele de um mês antes. *** Também o mercado internacional do milho ressentiu-se da escassez de chuvas ocorrida no *Corn Belt* norte-americano, o que se refletiu em alta de 15% na cotação do produto nesta quinzena, frente àquela de há um mês, ocasionando a queda de 1,5% em relação ao preço relativo verificado no mês anterior. *** Da mesma forma que a soja e o milho, o trigo sofreu valorização de 6,3% em sua cotação da presente quinzena, em função das condições climáticas adversas enfrentadas pela safra da primavera nos EUA. Daí a queda de 7,4% do preço relativo trigo/milho desta quinzena, em cotejo com aquele de um mês antes. *** Inferior 6,7% ao preço de um ano atrás e 2,6% superior ao de um mês antes, o atual preço relativo soja/milho mantém tendência ascendente a partir da valorização mais acentuada do preço da leguminosa na última quinzena, devido aos reflexos ocasionados no mercado internacional pela possibilidade de uma menor oferta do produto provocada pela seca nos EUA.

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

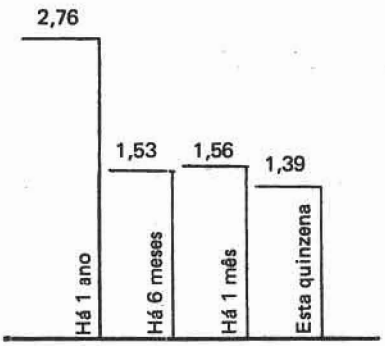
Boi Gordo / Frango Vivo



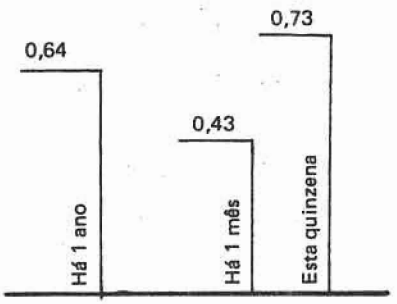
Frango Vivo / Ração Ave Corte



Soja / Milho



Feijão Preto / Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

*** Seguindo a trilha do preço da arroba do boi gordo (que aumentou 20% nesta quinzena frente ao preço de há um mês antes) a cotação do frango vivo elevou-se 11% no período. A avicultura prossegue em sua busca de novas parcelas do mercado consumidor, nesta época de entressafra bovina. *** A escalada dos custos da avicultura, que se vem mostrando bastante ágil neste ano, foi contrabalançada, esta quinzena, pelo aumento de 11,1% no preço da ave viva, o que mantém o preço relativo frango vivo/ração em nível próximo àquele registrado há um mês atrás. Observe-se que, enquanto elevou-se em pouco mais de 100% o preço da ração para ave de corte nos últimos doze meses, o preço do frango vivo no mesmo período, apresentou um incremento de 81%. *** O reaparecimento do feijão preto no mercado atacadista paulistano, a preço 95% superior àquele vigente quando da época do tabelamento, e a elevação de 15%, na cotação dos feijões de cores neste período, explicam o atual preço relativo feijão preto/feijão de cores. Este é 14% superior àquele registrado um ano antes, quando a maior disponibilidade de feijão preto fez com que a diferença entre a cotação de ambas as variedades da leguminosa fosse de 56% (conta 36% hoje). *** A alta continuada que se vem observando no preço do milho (31% nesta quinzena em relação a um mês antes) denuncia a pressão exercida pela demanda em relação ao cereal, principalmente pelas fábricas de rações, e alerta para a pequena disponibilidade do produto. Por seu turno, a seca ocorrida nos EUA, com suas conseqüências sobre as safras agrícolas, e o fato de grande parte da soja nacional já estar comercializada, também têm elevado os preços desta oleaginosa, cujo valor desta quinzena revela-se 17% superior àquele vigente há um mês. Conseqüentemente, o atual preço relativo soja/milho situou-se num nível, esta quinzena, 10,9% inferior àquele de um mês antes.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC–02
Tel.: 266–1512
CEP: 22.250 – Rio de Janeiro – R J

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor, em exercício: Janes Angelo de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional – Antônio Carlos Lemgruber